



**MINISTÉRIO DAS CIDADES  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**Brasília - Março/2012**



MINISTÉRIO DAS CIDADES  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Decisão Normativa TCU nº 117/2011, Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU nº 2.546/2010. Trata-se de Relatório da Unidade Jurisdicionada Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), **agregando** a gestão do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).

Brasília - Março/2012

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b><u>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO</u></b>	
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	
2.a. Responsabilidades institucionais da unidade.....	11
2.b. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	17
2.c. Programa de governo sob a responsabilidade da unidade.....	21
2.d. Desempenho orçamentário/financeiro.....	44
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	53
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	53
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	
5.a. Composição do quadro de servidores ativos.....	55
5.b. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	59
5.c. Composição do quadro de estagiários.....	60
5.d. Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	61
5.e. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	63
5.f. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	64
5.g. Informações consideradas relevantes.....	68
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011.....	70
7. DECLARAÇÃO DE REGISTROS DISPONÍVEIS E ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	76
8. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS.....	77
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE.....	77
9.a. Ambiente de controle	
9.b. Avaliação de risco	
9.c. Procedimentos de controle	
9.d. Informação e Comunicação	
9.e. Monitoramento	
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	79
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	79
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UNIDADE.....	80
12.a. Planejamento da área	
12.b. Perfil dos recursos humanos envolvidos	
12.c. Segurança da informação	
12.d. Desenvolvimento e produção de sistemas	
12.e. Contratação e gestão de bens e serviços de TI	
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	83
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	83

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	83
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	85
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE.....	85

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	92
---	----

**PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

4. DEMONSTRATIVO ANÁLITICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA...	93
--	----

**ANEXOS.....** 95

Anexo I	Rol de Responsáveis do Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN
Anexo II	Rol de Responsáveis do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET
Anexo III	Declaração de Registros Disponíveis e Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV
Anexo IV	Declaração de Bens e Rendas
Anexo V	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis do Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN
Anexo VI	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>CAT</b>	Certificação de Adequação à Legislação de Trânsito
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CGIE</b>	Coordenação-Geral de Informatização e Estatística
<b>CGIJF</b>	Coordenação-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização
<b>CGIT</b>	Coordenação-Geral de Infraestrutura de Trânsito
<b>CGLOG</b>	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
<b>CGPNE</b>	Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do SNT
<b>CGPO</b>	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional do SNT
<b>CGQFHT</b>	Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
<b>CNH</b>	Carteira Nacional de Habilitação
<b>COMFITRAN</b>	Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito
<b>CONTRAN</b>	Conselho Nacional de Trânsito
<b>CTB</b>	Código de Trânsito Brasileiro
<b>DENATRAN</b>	Departamento Nacional de Trânsito
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>DPRF</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
<b>DPVAT</b>	Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
<b>ECV</b>	Empresa Credenciada de Vistoria
<b>ENET</b>	Exame Nacional de Examinadores de Trânsito
<b>ENIT</b>	Exame Nacional de Instrutores de Trânsito
<b>FUB</b>	Fundação Universidade de Brasília
<b>FUNSET</b>	Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito
<b>ITL</b>	Instituição Técnica Licenciada
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>PNT</b>	Política Nacional de Trânsito
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>RAP</b>	Restos a Pagar
<b>RENACH</b>	Registro Nacional de Condutores Habilitados
<b>RENAEST</b>	Registro Nacional de Acidentes e Estatística de Trânsito
<b>RENAINF</b>	Registro Nacional de Infrações de Trânsito
<b>RENAJUD</b>	Restrições Judiciais de Veículos Automotores
<b>RENAMO</b>	Registro Nacional de Motores
<b>RENAVAM</b>	Registro Nacional de Veículos Automotores
<b>SEMOB</b>	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>SISCAT</b>	Sistema de Cadastro de Acidentes de Trânsito
<b>SIASG</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
<b>SICONV</b>	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
<b>SIGPLAN</b>	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
<b>SIMRAV</b>	Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos

<b>SINIAV</b>	Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos
<b>SIORG</b>	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
<b>SISCSV</b>	Sistema de Certificação de Segurança Veicular
<b>SISECV</b>	Sistema de Vistoria de Veículos
<b>SNT</b>	Sistema Nacional de Trânsito
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UO</b>	Unidade Orçamentária

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

### QUADROS:

Quadro A.1.3 – Identificação – Relatório de Gestão Agregado.....	10
Quadro A.1.3.1 – Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à UJ.....	11
Quadro A.1.3.2 – Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas.....	11
Quadro A.1.3.3 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões.....	11
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	21
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	24
Quadro A.2.3 – Identificação da Unidade Orçamentária.....	44
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	44
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital.....	44
Quadro A.2.6- Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	45
Quadro A.2.7- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	46
Quadro A.2.8–Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....	47
Quadro A.2.9– Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	48
Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	50
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	51
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	51
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	53
Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada Em 31/12.....	55
Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	55
Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....	57
Quadro A.5.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	57
Quadro A.5.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	58
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	59
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	59
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários.....	60
Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores.....	61
Quadro A.5.10 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	63
Quadro A.5.11 – Número de Servidores Capacitados em 2011.....	66
Quadro A.5.12 – Quadro Comparativo .....	67
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	71
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	72
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes.....	73
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	73
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	74
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	77
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	77
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	80
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada.....	80
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	83
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	92

## TABELAS:

Tabela I – Municípios Integrados ao SNT.....	18
Tabela II - Campanhas veiculadas em 2011.....	19
Tabela III – Valores Executados no Programa – por Ação.....	22
Tabela IV – Ações Orçamentárias.....	24
Tabela V – Reuniões Contran e Câmaras Temáticas.....	26
Tabela VI – Reuniões sobre os Sistemas Informatizados.....	31
Tabela VII – Outras Reuniões.....	32
Tabela VIII – Restos a Pagar 2009 e 2010 na ação 2272.....	33
Tabela IX – Reuniões sobre educação no trânsito.....	38
Tabela X - Participação do Denatran em Reuniões de outros órgãos e instituições.....	39
Tabela XI - Quantidade de trabalho do Denatran.....	68
Tabela XII - Quantitativo de pessoal – cargo efetivo concursado – do Denatran.....	69
Tabela XIII - Evolução da frota nacional e do cadastro nacional de condutores habilitados.....	70
Tabela XIV - Resumo da Necessidade de Pessoal.....	70
Tabela XV - Evolução das receitas do Funset e Denatran.....	88
Tabela XVI– Evolução da Receita do DPVAT.....	89
Tabela XVII – Saldo da receita do Funset e Denatran.....	90
Tabela XVIII – Saldo da receita do DPVAT.....	91
Tabela XIX – Repasses para campanhas publicitárias.....	93

## FIGURA:

Figura 1 – Estrutura Organizacional do DENATRAN.....	13
--	----



## Introdução

O Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN foi criado pelo Decreto-Lei nº 237, de 28/02/1967. É órgão componente do Sistema Nacional de Trânsito-SNT que, no âmbito de suas competências, tem o dever de **adotar medidas que assegurem o trânsito em condições seguras** e responde por “**danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que grantam o exercício do direito do trânsito seguro**”, nos termos dos parágrafos 2º e 3º, art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro-CTB. Para a execução desses programas, projetos e ações no exercício de 2011, contou com uma força de trabalho de 108 pessoas sendo: 41 Servidores (Efetivos, Temporários, Requisitados e Anistiados), 58 Prestadores de Serviços e 9 Estagiários, distribuídos em suas 6 Coordenações-Gerais, Assessorias e Gabinete.

O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET, foi instituído no art. 320 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997 (CTB) e regulamentado nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 9.602, de 21/01/1998. Nesse Fundo é depositado o percentual de 5% do valor das multas de trânsito arrecadadas no país, cuja receita é utilizada para custear as despesas do DENATRAN relativas à operacionalização da segurança e educação de trânsito.

O presente Relatório é composto por um conjunto de informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e objetiva apresentar dados e esclarecimentos relativos aos atos de gestão desempenhados pelos administradores dos bens e recursos da Unidade DENATRAN-UG **200012**, à qual está **agregado** o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET-UG **200320**, cuja execução se deu por meio do Programa 0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: Direito e Responsabilidade de Todos, integrante do PPA 2008-2011.

Está estruturado em conformidade com o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24/11/2010 e divide-se em três partes distintas: **A) Conteúdo Geral** (itens de 1 a 17): demonstrando a identificação da Unidade; planejamento, execução orçamentária e financeira das ações; passivos; restos a pagar; força de trabalho que operacionaliza as atividades e projetos da Unidade (incluindo servidores ativos, inativos e pensionistas, estagiários, terceirizados e custos associados à manutenção dos recursos humanos); convênios, contratos, termo de cooperação e outros; tecnologia da informação; recomendações e determinações do TCU e CGU atendidas, dentre outras informações pertinentes; **B) Informações Contábeis Da Gestão** (item 1): apresenta a declaração do contador responsável; **C) Conteúdo Específico Por Unidade Jurisdicionada** (item 4) demonstrando as despesas com ações de publicidade e propaganda.

Os itens 11 e 14 da parte **A**, 4 e 5 da parte **B**; 1 a 3 e 5 a 35 da parte **C** não se aplicam à realidade da Unidade. Já os itens 10 e 13 da parte **A** e 2 e 3 da parte **B**, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência. Em relação ao item 11 (A), informamos que a Unidade não possui patrimônio imobiliário e não é responsável por bem locado de terceiros; quanto ao item 14 (A), a Unidade não possui receita de natureza tributária da qual possa oferecer renúncia; quanto aos itens 4 e 5 (B) a natureza jurídica da Unidade não permite composição acionária e não há capital social, além disso a auditoria sobre as contas da Unidade é feita pela CGU e não por auditoria independente; os itens 1 a 3 (C) e 5 a 35 (C) referem-se a outras Unidades Jurisdicionadas, cabendo a esta Unidade apenas o item 4. Ressalta-se que os itens 33 e 34, embora sejam integrantes do mesmo órgão superior (Ministério das Cidades) não se aplicam a esta Unidade. Dessa forma, as partes **A**, **B** e **C** foram organizadas segundo a orientação da Portaria TCU

nº 123/2011, quanto a elaboração e preenchimento dos conteúdos e informações pertinentes a esta Unidade Jurisdicionada.

Estão demonstradas ao longo do relatório, as principais realizações da gestão no exercício de 2011, dentre as quais destacam-se: Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito - Pacto pela Vida; Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária; Integração de Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito; Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito; Prêmio Denatran de Educação no Trânsito; Campanhas publicitárias educativas de trânsito; criação, Manutenção e expansão de Sistemas informatizados; Ações de Segurança Veicular e Regulação na área de trânsito.

Por meio dessas ações, poderá ser percebido o grande esforço gerencial do DENATRAN para, em meio a restrições legais, orçamentárias e financeiras, apresentar um desempenho global de **86%** de execução do total de seu orçamento.

Em relação a classificação de “**Agregado**” dada ao presente Relatório pelo art. 5 da INTCU nº 63/2010), cabe esclarecer que a Unidade Gestora (UG) 200012-Departamento Nacional de Trânsito/DENATRAN, apesar de estar cadastrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI com a função “Executora”, não possui dotação orçamentária, portanto, não realiza atos de execução. Trata-se de uma UG arrecadadora de receitas próprias e da receita proveniente dos 5% do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não-DPVAT (Parágrafo Único do art. 78 do CTB).

Já a UG 200320-Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito/FUNSET, cuja unidade orçamentária é 56901, é a responsável pela arrecadação dos recursos provenientes de 5% das multas de trânsito arrecadadas no país (Parágrafo Único do art. 320 do CTB) e pela execução orçamentária e financeira desses recursos. Dessa forma, toda a execução de despesas da UG 200012-DENATRAN é feita por meio da UG 200320 – FUNSET e está demonstrada neste documento de forma agregada.

## PARTE A – CONTEÚDO GERAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.1.3 – Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério das Cidades - 56000		Código SIORG: 042672	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Departamento Nacional de Trânsito			
Denominação abreviada: DENATRAN			
Código SIORG: 000333	Código na LOA: 56.901	Código SIAFI: 56.101	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta			
Principal Atividade: Órgão máximo executivo de trânsito da União, responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito.		Código CNAE: não se aplica	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2108-1818	(61) 2108-1880	(61) 2108-1882
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gabinete.denatran@cidades.gov.br">gabinete.denatran@cidades.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.denatran.gov.br">http://www.denatran.gov.br</a>			
Endereço Postal: SAUS-Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bl. "H", 5º andar, sala 501 – Brasília/DF – CEP: 70.070-010			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito			
Denominação abreviada: FUNSET			
Código SIORG: 042672	Código na LOA: 56.901	Código SIAFI: 56.901	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundo da Administração Direta			
Principal Atividade: Operacionalização da Segurança e Educação de Trânsito		Código CNAE: não há código adequado à principal atividade	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2108-1818	(61) 2108-1880	(61) 2108-1882
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gabinete.denatran@cidades.gov.br">gabinete.denatran@cidades.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.denatran.gov.br">http://www.denatran.gov.br</a>			
Endereço Postal: SAUS-Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bl. "H", 5º andar, sala 501 – Brasília/DF – CEP: 70.070-010			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O Departamento Nacional de Trânsito foi criado pelo Decreto-Lei nº 237 de 28/02/1967, publicado no D.O.U de 28/02/1967.			
O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET, foi instituído no art. 320 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997 (CTB) e regulamentado nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 9.602, de 21/01/1998			

<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>
<b>Definição de Competências:</b> art. 19 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, DOU de 24/09/1997, retificada em 25/09/1997.
<b>Estrutura Organizacional:</b> Decreto nº 4.665, de 03/04/2003, publicado no DOU de 04/04/2003.
<b>Regimento Interno:</b> Anexo IX da Portaria nº 227, de 04/07/2003. DOU de 07/07/2003, <b>alterado</b> pela Portaria nº 400, de 02/09/2005, DOU de 05/09/2005.
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em Vigor</li> <li>-Denatran Responde – Motociclistas</li> <li>-Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola</li> <li>-Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino fundamental</li> <li>-Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I</li> <li>-Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação</li> <li>-Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume II - Sinalização Vertical de Advertência</li> <li>-Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume IV - Sinalização Horizontal</li> <li>-Manual de Procedimentos para o Tratamento de Pólos Geradores de Tráfego.</li> <li>-Pesquisa "Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras</li> <li>-100 Anos de Legislação de Trânsito no Brasil</li> </ul>

*Quadro A.1.3.1 – Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*

<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
200.320	Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito

*Quadro A.1.3.2 – Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas*

<b>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	Tesouro Nacional

*Quadro A.1.3.3 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões*

<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
200.012	00001 – Tesouro Nacional
200.320	00001 – Tesouro Nacional

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE**

### **2.a. Responsabilidades institucionais da unidade**

#### **I. Competência Institucional**

Vinculado à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN é o órgão máximo executivo da política de trânsito na esfera Federal, portanto, responsável pelo cumprimento das atribuições determinadas pela Lei nº 9.503, de 23 de

setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro-CTB), cujas **competências** estão definidas no artigo 19, a saber:

...Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

- I - cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, no âmbito de suas atribuições;
- II - proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
- III - articular-se com os órgãos dos Sistemas Nacionais de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, objetivando o combate à violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito;
- V - apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito;
- V - supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento;
- VI - estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores, de registro e licenciamento de veículos;
- VII - expedir a Permissão para Dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação, os Certificados de Registro e o de Licenciamento Anual mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;
- VIII - organizar e manter o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH;
- IX - organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL;
- X - organizar a estatística geral de trânsito no território nacional, definindo os dados a serem fornecidos pelos demais órgãos e promover sua divulgação;
- XI - estabelecer modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências de acidentes de trânsito e as estatísticas do trânsito;
- XII - administrar fundo de âmbito nacional destinado à segurança e à educação de trânsito;
- XIII - coordenar a administração da arrecadação de multas por infrações ocorridas em localidade diferente daquela da habilitação do condutor infrator e em unidade da Federação diferente daquela do licenciamento do veículo;
- XIV - fornecer aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito informações sobre registros de veículos e de condutores, mantendo o fluxo permanente de informações com os demais órgãos do Sistema;
- XV - promover, em conjunto com os órgãos competentes do Ministério da Educação e do Desporto, de acordo com as diretrizes do CONTRAN, a elaboração e a implementação de programas de educação de trânsito nos estabelecimentos de ensino;
- XVI - elaborar e distribuir conteúdos programáticos para a educação de trânsito;
- XVII - promover a divulgação de trabalhos técnicos sobre o trânsito;
- XVIII - elaborar, juntamente com os demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, e submeter à aprovação do CONTRAN, a complementação ou alteração da sinalização e dos dispositivos e equipamentos de trânsito;
- XIX - organizar, elaborar, complementar e alterar os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização, dos dispositivos e equipamentos de trânsito aprovados pelo CONTRAN;
- XX - expedir a permissão internacional para conduzir veículo e o certificado de passagem nas alfândegas, mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;
- XXI - promover a realização periódica de reuniões regionais e congressos nacionais de trânsito, bem como propor a representação do Brasil em congressos ou reuniões internacionais;
- XXII - propor acordos de cooperação com organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento das ações inerentes à segurança e educação de trânsito;
- XXIII - elaborar projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal encarregado da execução das atividades de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação e administração de trânsito, propondo medidas que estimulem a pesquisa científica e o ensino técnico-profissional de interesse do trânsito, e promovendo a sua realização;
- XXIV - opinar sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional;
- XXV - elaborar e submeter à aprovação do CONTRAN as normas e requisitos de segurança veicular para fabricação e montagem de veículos, consoante sua destinação;
- XXVI - estabelecer procedimentos para a concessão do código marca-modelo dos veículos para efeito de registro, emplacamento e licenciamento;
- XXVII - instruir os recursos interpostos das decisões do CONTRAN, ao ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;
- XXVIII - estudar os casos omissos na legislação de trânsito e submetê-los, com proposta de solução, ao Ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;

XXIX - prestar suporte técnico, jurídico, administrativo e financeiro ao CONTRAN.

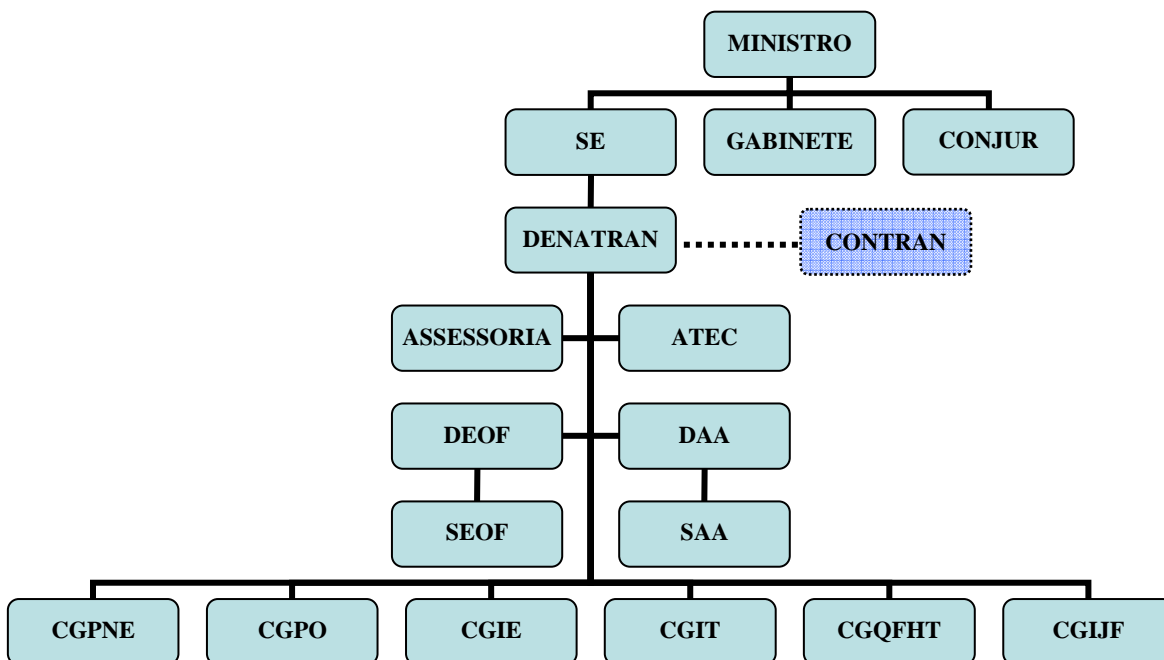
§ 1º Comprovada, por meio de sindicância, a deficiência técnica ou administrativa ou a prática constante de atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a administração pública, o órgão executivo de trânsito da União, mediante aprovação do CONTRAN, assumirá diretamente ou por delegação, a execução total ou parcial das atividades do órgão executivo de trânsito estadual que tenha motivado a investigação, até que as irregularidades sejam sanadas.

§ 2º O regimento interno do órgão executivo de trânsito da União disporá sobre sua estrutura organizacional e seu funcionamento.

§ 3º Os órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fornecerão, obrigatoriamente, mês a mês, os dados estatísticos para os fins previstos no inciso X.

## Estrutura Organizacional do DENATRAN

Figura 1 – Estrutura Organizacional do DENATRAN



Fonte: Decreto nº 4.665, de 03/04/2003 e Portaria MCidades nº 400, de 02/09/2005.

### Competências e atribuições das áreas

- **Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Sistema Nacional de Trânsito-CGPNE:**

I - articular-se com órgãos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, de transportes e de segurança pública, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para preservação do ordenamento e da segurança do trânsito;

II - supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros;

III - colaborar no desenvolvimento de programas relacionados com campanhas educativas de trânsito;

- IV - organizar a realização periódica de reuniões e congressos nacionais de trânsito, bem como a representação do Brasil em congressos e reuniões internacionais;
- V - acompanhar a execução dos programas e projetos do Departamento;
- VI - coordenar a elaboração dos planos estratégicos do Departamento;
- VII - formular e propor indicadores de avaliação de resultados para os projetos e programas do Departamento;
- VIII - manter o cadastro dos Municípios, Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN, Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI integrados ao SNT;
- IX - acompanhar e orientar a integração dos órgãos e entidades de trânsito do SNT;
- X - responder consultas pertinentes à municipalização e à articulação entre os órgãos do SNT.

- **Coordenação-Geral de Planejamento Operacional do Sistema Nacional de Trânsito-CGPO:**

- I - administrar o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET; o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e demais recursos;
- II - coordenar a administração da arrecadação de multas por infrações ocorridas em localidades diferentes daquela da habilitação do condutor infrator e em unidade da federação diferente daquela do licenciamento do veículo;
- III - planejar e controlar a arrecadação das receitas do Departamento e a execução das atividades orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis, sob a supervisão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;
- IV - acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a aplicação dos recursos repassados pelo Departamento a outros órgãos da administração pública, estadual, municipal e do Distrito Federal, assim como a entidades privadas e organismos internacionais, procedendo à análise das respectivas prestações de contas;
- V - elaborar a proposta orçamentária do Departamento, assim como os ajustes, sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;
- VI - coordenar e supervisionar os procedimentos para elaboração e o acompanhamento de contratos de receitas e despesas, convênios, acordos e congêneres;
- VII - elaborar minuta de Editais de Licitação;
- VIII - avaliar física e financeiramente os projetos encaminhados ao Departamento;
- IX - solicitar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades, a abertura de créditos adicionais;
- X - fornecer subsídios para a elaboração de prestação de contas anual do Departamento.

- **Coordenação-Geral de Informatização e Estatística-CGIE:**

- I - fornecer aos órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, com observância das suas respectivas competências, bem como aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, informações sobre registro de veículos e de condutores, mantendo fluxo permanente de informações com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;
- II - acompanhar os processos de cadastramento de veículos por parte das montadoras e importadoras junto à Secretaria da Receita Federal;
- III - organizar e manter os Registro Nacional de Carteiras de Habilitação, de Veículos Automotores, da Câmara Nacional de Compensação de Multas e demais sistemas informatizados do Departamento;
- IV - organizar a estatística geral de trânsito, definindo os dados a serem fornecidos pelos demais órgãos, e promover sua divulgação;
- V - estabelecer modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências de acidentes de trânsito e para as demais estatísticas de trânsito;

VI - controlar a liberação das séries numéricas dos Certificados de Registro de Veículos e de Registro e Licenciamento de Veículos, Documentos de Porte Provisório Obrigatório e da Carteira Nacional de Habilitação;

VII - formular, organizar e manter todos os novos sistemas informatizados do Departamento.

• **Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito-CGQFHT:**

I - planejar, desenvolver e supervisionar as atividades relacionadas com a educação e orientação do usuário das vias terrestres abertas à circulação;

II - promover cursos de desenvolvimento de pessoal, com vistas à capacitação técnico-profissional ligada ao trânsito;

III - promover e coordenar, em conjunto com os órgãos competentes do Ministério da Educação, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, a elaboração e a implementação de programas de educação de trânsito nos estabelecimentos de ensino;

IV - desenvolver programas de educação e especialização de trânsito destinados ao ensino superior e à comunidade científica;

V - incentivar o estudo das questões relativas a educação para o trânsito;

VI - elaborar projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal encarregado da execução das atividades de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação e administração de trânsito, propondo medidas que estimulem a pesquisa científica e o ensino técnico-profissional de interesse do trânsito, e promovendo a sua realização;

VII - elaborar e distribuir conteúdos programáticos para a educação para o trânsito;

VIII - promover a divulgação de trabalhos técnicos sobre trânsito;

IX - analisar processos referentes ao credenciamento das entidades destinadas a formação de condutores e à qualificação de diretores, instrutores e examinadores envolvidos na preparação dos condutores de veículos;

X - analisar propostas de eventos educativos nacionais ou locais, bem como projetos de material didático e de divulgação;

XI - propor os requisitos para habilitação de condutores quanto a aspectos de saúde e educação;

XII - propor acordos de cooperação com organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento das ações inerentes à segurança e educação de trânsito.

• **Coordenação-Geral de Infra-Estrutura de Trânsito-CGIT:**

I - elaborar, juntamente com os demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, e submeter à aprovação do CONTRAN a complementação ou alteração da sinalização e dos dispositivos e equipamentos de trânsito;

II - elaborar ou alterar manuais e normas de projetos de implementação da sinalização, dos dispositivos ou equipamentos de controle de trânsito aprovados pelo CONTRAN;

III - elaborar e submeter à aprovação do CONTRAN as normas de segurança veicular para fabricação e montagem de veículos, consoante sua destinação;

IV - estabelecer procedimentos para a concessão do código específico marca-modelo-versão dos veículos para efeito de registro, emplacamento e licenciamento;

V - emitir o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT;

VI - analisar e supervisionar os processos de homologação das Instituições Técnicas de Engenharia - ITE;

VII - emitir pareceres técnicos sobre segurança veicular, engenharia de trânsito e sinalização;

VIII - supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia de tráfego, de segurança veicular e de trânsito e de sinalização;

IX - opinar sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional.

• **Coordenação-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização-CGIJF:**

I - instruir os recursos interpostos às decisões do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;



II - encaminhar à Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades subsídios e informações necessários à instrução da defesa da União nos processos judiciais;

III - acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do Sistema Nacional de Trânsito no Congresso Nacional, em articulação com o Gabinete do Ministro;

IV - submeter à Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades, para parecer jurídico conclusivo:

- a) questões normativas relacionadas ao trânsito a serem aprovadas pelo órgão superior;
- b) pareceres técnicos sobre as proposições legislativas de interesse do Sistema Nacional de Trânsito;
- c) estudos e propostas de solução relativas aos casos omissos na legislação de trânsito;
- d) propostas de estudos e pesquisas sobre normas complementares à legislação de trânsito, bem como os seus resultados;
- e) orientações aos demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, quanto à aplicação da legislação de trânsito;
- f) minutas de Resoluções a serem editadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- g) informações nos processos relativos à licitação, contratação de obras e serviços do DENATRAN, bem como convênios, acordos e ajustes e demais atos da mesma natureza, devidamente instruídos.

• **Serviço de Apoio Técnico-Administrativo do Conselho Nacional de Trânsito, às Câmaras Temáticas e ao Fórum Consultivo do Sistema Nacional de Trânsito:**

I - promover a execução das atividades de apoio administrativo ao CONTRAN;

II - preparar e secretariar as reuniões plenárias do CONTRAN

III - acompanhar o andamento dos processos encaminhados ao CONTRAN, às Câmaras Temáticas e aos fóruns e colegiados formados por componentes do Sistema Nacional de Trânsito;

IV - estabelecer critérios e procedimentos para encaminhamento de processos ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, às Câmaras Temáticas e a fóruns e colegiados formados por componentes do Sistema Nacional de Trânsito;

V - acompanhar o andamento dos processos encaminhados ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, às Câmaras Temáticas e a fóruns e colegiados formados por componentes do Sistema Nacional de Trânsito;

VI - assessorar o Diretor nas reuniões do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

VII - articular o desenvolvimento dos trabalhos do CONTRAN e das Câmaras Temáticas.

## **II. Objetivos Estratégicos:**

O DENATRAN/FUNSET atua no desenvolvimento de programas, projetos, atividades e sistemas em âmbito nacional voltados para a educação e segurança no trânsito. Para isso, gerencia e executa o Programa Governamental intitulado **0660-SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: Direito e Responsabilidade de Todos**, integrante do Plano Plurianual 2008-2011, cujas ações administrativas encontram-se devidamente registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento– SIGPLAN e serão demonstradas adiante.

O Programa acima mencionado tem como objetivo “reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país” e tem como público-alvo (beneficiário final) a sociedade em geral, visto que o Sistema Nacional de Trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de locomover-se livremente em busca de suas necessidades, de seu bem-estar e da comunidade em que vivem.

Das atribuições do DENATRAN decorre vasto conjunto de atividades direcionadas a toda a população brasileira, atingindo diretamente um universo de 57,5 milhões de condutores habilitados,

70,5 milhões de veículos cadastrados, 1.125 Órgãos Executivos Municipais, 27 Órgãos Executivos Estaduais, 27 Órgãos Rodoviários Estaduais, 27 Unidades da Polícia Militar de Trânsito, 10.953 Centros de Formação de Condutores (Fonte: Feneauto, 2011), 1.258 Juntas Administrativas de Recursos, 27 Órgãos Normativos de Trânsito Estaduais, ciclistas, pedestres e os Órgãos da União a saber: do Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT e do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal-DPRF.

Os objetivos estratégicos e as prioridades do DENATRAN foram definidos no Plano de Ação para o exercício de 2011 descrito a seguir.

### **Plano de Ação 2011:**

- Manutenção, desenvolvimento e implantação dos Sistemas RENAVAM, RENACH, RENAINF, INFRAEST, SISCSV, FUNSET-NET, RECALL, SINIAV, SIMRAV, LEILAO, SIG/BI, SISCAT, RENAEST e RENAMO;
- Plataforma Educacional do Denatran – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e Escola Virtual de Trânsito;
- Criação do Observatório de Trânsito objetivando coletar, processar, tabular, analisar, inferir, difundir toda estatística de trânsito (frota, condutores habilitados, acidentes, infraestrutura viária, acidentes e causas, vítimas (fatais e não fatais); controle das ações corretivas e resultados obtidos através de indicadores;
- Implantação de Inspeção Veicular de Segurança;
- Revisão do Código de Trânsito Brasileiro;
- Fiscalização nas Instituições Técnicas Licenciadas – ITL.

Ressalta-se que o conjunto de ações acima planejadas para o exercício de 2011 sofreu modificações, as quais serão apresentadas ao longo do Relatório nas demonstrações da gestão das ações e nos resultados esperados. As alterações foram necessárias para adequação das prioridades, com vistas à plena execução das ações ajustadas aos valores autorizados na LOA e aos respectivos limites orçamentários e financeiros atribuídos à Unidade.

## **2.b. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### **I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida**

O plano de ação para 2011 foi elaborado em conformidade com as diretrizes do Plano Plurianual para o período de 2008-2011, com a LDO 2011 e integrou a LOA da Unidade. Dentre essas ações, a Unidade realizou aquelas consideradas estruturantes visando ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT). Em cumprimento às competências e atribuições determinadas pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Denatran desenvolveu atividades de planejamento, administração, normatização, formação/capacitação, educação, habilitação, fiscalização, registro de dados, dentre outras.

Em atenção à Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que proclamou a década 2011-2020 como a "**Década de Ação para Segurança Viária**", o Ministério das Cidades e o Departamento Nacional de Trânsito-Denatran desenvolveram ações com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, promovendo, desta forma, a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País.

## II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se refere o relatório de gestão

Na busca do cumprimento dos objetivos acima descritos e considerando que houve necessidade de adequar o Plano de Ação às disponibilidades orçamentárias e financeiras do exercício, conforme já informado, o DENATRAN empreendeu em 2011 diversas ações, dentre as quais destacam-se:

**1) "Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito - Pacto pela Vida":** Em atenção à Resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas que proclamou a década 2011-2020 como a "**Década de Ação para Segurança Viária**", o Ministério das Cidades e o Departamento Nacional de Trânsito-Denatran desenvolveram ações com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, promovendo, desta forma, a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País. Nesse sentido, em 11 de maio de 2011, data estabelecida pela ONU para o início mundial da "Década", foi lançado pelo Ministro das Cidades e pelo Ministro da Saúde o "Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito - Pacto pela Vida", com o objetivo de mobilizar o conjunto da sociedade visando atingir a ambiciosa meta de redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50%, até o final de 2020;

**2) Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária:** Alinhado com a proposta da ONU e do Pacto Nacional, o Denatran coordenou a elaboração do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária: um conjunto articulado de medidas intersetoriais através das quais se estabelecem ações, metas e cronogramas de execução. As ações propostas para o Plano Nacional foram analisadas, discutidas e aprovadas pelo Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, instituído pelo Decreto Presidencial de 19 de setembro de 2007. Foram realizadas reuniões com a participação de representantes de entidades e especialistas dos vários segmentos da sociedade envolvidos com o tema trânsito, sendo recolhidas inúmeras e valiosas contribuições e sugestões abrindo, dessa forma, oportunidade para manifestação da sociedade civil;

**3) Integração de Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito:** no exercício de 2011 foram integrados 102 Municípios e, ao final do exercício o número de municípios integrados passou de 1.023 para 1.125.

*Tabela I – Municípios Integrados ao SNT*

Estado	Nº Municípios Integrados
Acre	1
Alagoas	11
Amapá	3
Amazonas	8
Bahia	37
Ceará	51
Espírito Santo	6
Goiás	34
Maranhão	51
Mato Grosso	23
Mato Grosso do Sul	45
Minas Gerais	46

Pará	44
Paraíba	22
Paraná	35
Pernambuco	28
Piauí	9
Rio de Janeiro	61
Rio Grande do Norte	15
Rio Grande do Sul	267
Rondônia	6
Roraima	1
Santa Catarina	72
São Paulo	266
Sergipe	13
Tocantins	5

Fonte: <http://www.denatran.gov.br/municipios/orgaosmunicipais.asp> - em 31/03/2012

**4) Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito:** foram realizados, por meio da Escola Virtual do Denatran, os cursos de “Legislação de Trânsito” e “Gestão de Trânsito”, onde foram capacitados 2.000 (dois mil) profissionais envolvidos com a gestão do trânsito;

**5) Prêmio Denatran de Educação no Trânsito:** realizado a XI edição do prêmio contando com a inscrição de 4.175 trabalhos voltados ao tema “trânsito” nas categorias: pré-escola; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos; educação especial; educador; educação no trânsito, obra técnica; comunicação e cidadania;

**6) Campanhas publicitárias educativas de trânsito:** Foram produzidos e veiculados 19 filmes e 18 spots para rádio voltados para a mudança de comportamento da população em relação ao trânsito. Foram também utilizadas mídias como: jornais, revistas, cinema, busdoor, taxidoor, motodoor, painel em rodovias, adesivos, cartazes e internet. Os temas das campanhas e os meses de veiculação estão demonstrados na tabela abaixo:

*Tabela II Campanhas veiculadas em 2011*

Campanha	Veiculação
Campanha “Pare e Pense” – Jovens	abril
Campanha “Pare e Pense” – Cadeirante	abril
Campanha “Pare e Pense”	abril
Campanha “Pare e Pense” – Mães	abril
Campanha “Pare e Pense”	abril
PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito	junho
PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito – Carro	junho
PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito – Moto	junho
PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito – Pedestre	junho
PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito	junho
PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito	junho
Pare; pense; mude – Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes – Parque	setembro
Pare; pense; mude – Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes – Mãe	setembro
Pare; pense; mude – Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes – Placas	setembro
Pare; pense; mude – Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes – Surf	setembro
Sonho/Balada – Bebida e direção. O efeito do álcool passa, a culpa fica para sempre	dezembro
Depoimento – Bebida e direção. O efeito do álcool passa, a culpa fica para sempre	dezembro

**7) Sistemas informatizados:** criação, manutenção, expansão e implantação de sistemas para o cadastro, controle, estatística e a integração dos órgãos do SNT. Destacam-se RENAVAL que controla uma frota de 70,5 milhões de veículos; RENACH com 57,5 milhões de condutores habilitados; RENAINF com 31,7 milhões de multas registradas em sua base; além de outros como SINIAV, SIMRAV e RECALL;

**8) Segurança Veicular:** foram emitidos 5.720 Certificados de Adequação à Legislação de Trânsito–CAT, obrigatórios para o registro e licenciamento de veículos automotores; foram credenciadas 720 Empresas de Vistoria Veicular–ECVs para credenciamento de empresas prestadoras de serviço de vistoria em veículos automotores; foram credenciadas 198 Instituições Técnicas Licenciadas – ITL para execução da Inspeção Técnica Veicular–ITV nos veículos de transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros;

**9) Regulação na área de trânsito:** A atuação governamental decorrente da necessidade de regulação na área de trânsito, ocorreu por meio do encaminhamento de propostas ao Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN, que resultaram na aprovação e publicação de **23** Resoluções e **17** Deliberações, dentre as quais merecem destaque: a) a Resolução nº 380, de 28/04/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do sistema antitravamento das rodas-ABS, o qual evita que a roda bloqueie quando o pedal do freio é pisado fortemente e entre em derrapagem; b) Resolução nº 396, de 13/12/2011, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro-CTB. Não menos importante, destacam-se também as publicações de instrumentos regulatórios acerca dos temas: Obrigatoriedade de protetores laterais em veículos de carga; Alteração dos requisitos de iluminação e sinalização veicular; Proibição da adaptação de faróis xenon; Normatização da fiscalização de velocidade por meio eletrônico; Revisão da legislação sobre limite de peso transportado pelos veículos de carga; Revisão da legislação sobre placas de identificação veicular, tornando-as mais visíveis para a fiscalização eletrônica; Resolução sobre visibilidade de vans escolares; Definição das características tecnológicas para os simuladores de auto-escola; Atualização dos critérios de segurança para a fabricação de ônibus e micro-ônibus; Atualização requisitos de segurança para veículos automotores de fabricação nacional. Além desses normativos, outros 49 assuntos encontram-se fase de estudo nas 6 Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, integradas por especialistas que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

Nesse contexto, há que se ressaltar que no exercício de 2011 o DENATRAN recebeu, analisou, emitiu parecer e adotou providências necessárias em **5.862** processos administrativos relacionados à área jurídica, além de receber e orientar outras consultas por telefone (média diária de 51 ligações).

**10) Controle da arrecadação das Multas de Trânsito:** o Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito-COMFITRAN foi formado nas Reuniões dos Gestores Financeiros da Área de Trânsito (Regefitran), promovidas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em 2007, as quais tinham por objetivo melhorar e aperfeiçoar o controle do repasse dos 5% das multas de trânsito arrecadadas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset). Foi instituído por meio da Portaria Denatran nº 15, de 05/03/2008, com a finalidade de diagnosticar a situação da arrecadação das multas de trânsito e dos valores à conta do Funset, pelos órgãos e entidades do SNT, e promover a articulação e a integração dos órgãos

autuadores, arrecadadores e recolhedores de multas de trânsito, definindo estratégias e sistemáticas para a melhoria do controle da arrecadação de multas de trânsito e do Funset. Em 2011, criou a **Cartilha de Aplicação de Recursos Arrecadados com a Cobrança de Multas de Trânsito**, nos termos da Portaria Denatran nº 407 de 27 de abril de 2011; criou Grupo de Trabalho para definir os procedimentos e a operacionalização da cobrança das multas de trânsito praticadas por veículo licenciado no exterior, em trânsito no território nacional, nos termos da Resolução Contran nº 382/2011–Processo nº 80000.045786/2011-94.

## 2.c. Programa de governo sob a responsabilidade da unidade

### I. Execução do Programa de Governo sob a responsabilidade da unidade

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0660		Denominação: Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País						
Objetivos Específicos: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito.						
Gerente: JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE				Responsável: JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
196.733.353,00	200.733.353,00	172.762.322,45	144.977.796,68	196.905.531,21**	139.576.293,56	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Acidentes com vítimas por 10 mil veículos	31/12/2005	91,10	91,10	91,10	67,2
Fórmula de Cálculo do Índice: [Acidentes com vítimas/(Frota/10.000)] * 100						
** Restos a Pagar não Processados: Trata-se de valor extraído no Siafi Gerencial						
Os dados utilizados para construção do índice são prestados pelos órgãos estaduais de trânsito, órgãos municipais de trânsito e pelo Denatran.						
Não foi possível apurar o índice no exercício de 2011, visto que somente 4 (quatro) Departamentos Estaduais de Trânsito, responsáveis pela informação, encaminharam ao Denatran os dados referentes ao exercício de 2010.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Índice de Acidentes com vítimas fatais por 10 mil veículos	31/12/2005	6,3	6,3	6,3	6,3
Fórmula de Cálculo do Índice: [Vitimas Fatais/(Frota/10.000)] * 100						
As informações sobre vítimas fatais em acidentes de trânsito são obtidos a partir de levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde. O índice referente a 2010 considera informações apuradas em novembro de 2011, quando foram registrados 40.988 óbitos em decorrência de acidentes de trânsito ocorridos naquele exercício.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
O Programa 0660 – Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos, encontra-se						

relacionado no Objetivo “1.Promover a inclusão social e a redução das desigualdades” do Anexo VII-Prioridades e Metas, nos termos do art. 4 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011.

Considerando que o mencionado Programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País apresentamos neste relatório o resultado das ações executadas pelo Denatran no exercício de 2011, em sua área de atuação, que contribuíram para o cumprimento desse objetivo.

As atividades e os projetos implementados no exercício de 2011 foram executados em estrita observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO n.º 12.309, de 09/08/2010, à Lei Orçamentária Anual-LOA n.º 12.381, de 09/02/2011, ao Decreto n.º 93.872, de 23/12/1986, ao Decreto n.º 7.445, de 01/03/2011 e à Portaria MPOG n.º 23, de 01/03/2011 e suas alterações. Assim, de uma dotação orçamentária autorizada de R\$ 200,73 milhões, excluída a Reserva de Contingência de R\$ 490,7 milhões, os valores liquidados – pagos e a pagar – no exercício, acrescidos dos restos a pagar não processados do exercício anterior, liquidados e pagos em 2011 e repasses concedidos – atingiu a casa dos R\$ 144,98 milhões, correspondendo a uma execução de **72,22%**. Analisando os valores empenhados, somados aos descentralizados, o resultado passa a ser de R\$ 172,76 milhões, perfazendo uma execução de **86%**. Registramos que o Denatran executou os limites de empenho e pagamento disponibilizados pela União dentro de suas possibilidades, sendo que o saldo da cota recebida e não realizada, foi anulado no encerramento do exercício.

No exercício de 2011, não houve descentralização de dotação do Denatran para a SEMOB, com vistas à celebração de contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal, para a realização de projetos destinados a redução de acidentes de trânsito, por meio da Sistemática da SEMOB. Porém, foram repassados recursos financeiros no montante de R\$ 50,4 milhões para pagamento das despesas referentes aos Contratos assinados em 2009 e 2010, as quais encontravam-se inscritas em Restos a Pagar naquela Unidade.

#### **Análise Crítica:**

A Lei Orçamentária Anual-LOA n.º 12.381, de 09/02/2011, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2011, estabeleceu dotação orçamentária para o Departamento em R\$ 196,7 milhões para a execução de suas atividades e uma Reserva de Contingência para Operações Especiais no montante de R\$ 494,2 milhões, totalizando R\$ 690,9 milhões. Todavia, a programação orçamentária e financeira definida no Decreto n.º 7.445, de 01/03/2011 e os limites para movimentação e empenho estabelecidos na Portaria MF n.º 23, de 01/03/2011, contingenciaram cerca de 10% da dotação autorizada em custeio, significando um corte de aproximadamente R\$ 19,7 milhões.

Dessa forma, as ações orçamentárias do DENATRAN no exercício de 2011 foram executadas nos montantes abaixo:

*Tabela III – Valores Executados no Programa – por Ação ..*

<b>Ações Prioritárias</b>	<b>Dotação Atual (Lei + Crédito)</b>	<b>Valores Empenhados</b>	<b>Valores Liquidados</b>	<b>Valores Pagos</b>	<b>% de Execução</b>
2272-Gestão e Administração do Programa	18.900.000,00	6.728.002,97	6.404.779,54	6.404.779,54	35,6%
4410-Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito	120.063.353,00	113.702.583,21	113.702.583,21	108.301.580,09	94,7%
6622-Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito	5.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
4641-Publicidade de Utilidade Pública	38.920.000,00	38.920.000,00	24.119.598,66	24.119.598,66	100,0%
8028-Fortalecimento Institucional dos Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito	2.880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
4414-Educação para a Cidadania no Trânsito	6.120.000,00	6.011.736,27	750.835,27	750.335,27	98,2%
4414-Educação para a Cidadania no Trânsito - Apoio a Projetos de Educação, Cidadania e Segurança no Trânsito – Itabaiana-SE	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
8487-Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	100,0%

8487-Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito – Apoio a Projetos Destinados à Redução de Acidentes – Estado do Rio de Janeiro	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
4398-Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito	4.700.000,00	4.700.000,00	0,00	0,00	100,0%
0998-Reserva de Contingência					
<b>TOTAL</b>	<b>200.733.353,00</b>	<b>172.762.322,45</b>	<b>144.977.796,68</b>	<b>139.576.293,56</b>	<b>86,1%</b>

É de suma importância ressaltar que o limite orçamentário disponibilizado ao Denatran foi utilizado integralmente nas ações passíveis de execução. Isto se deve ao fato de que as ações 6622 e 8028 tiveram suas execuções inviabilizadas por falta de contratos de prestação de serviços, conforme explicitado abaixo. Por esse motivo, pode-se considerar que o contingenciamento não impactou de forma negativa na gestão do órgão.

O Ministério das Cidades apresentou limitações consideradas de ordem interna, que inviabilizaram a execução de atividades voltadas à educação de trânsito e que impossibilitaram o alcance total das atividades previstas no Plano de Ação sendo elas:

**1) ausência de contrato administrativo para prestação de serviços gráficos** → impossibilitou a produção e conseqüente distribuição de diversos materiais imprescindíveis às atividades das ações de educação de trânsito, de capacitação e fortalecimento institucional, visto que todas elas dependem desse produto. Embora a Unidade tenha buscado a adesão a atas de registro de preços no âmbito do governo federal e até junto a gráfica do Senado, não logrou êxito;

**2) suspensão dos dois contratos de prestação de serviços de organização de eventos** → Em 11 de outubro de 2011, foi recebido no Denatran o Memorando nº 010402/2011/CGLOG/SE/MCidades com a determinação do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos para a imediata suspensão dos eventos que seriam realizados por meio do Contrato nº 15/2011 - celebrado entre o Ministério das Cidades e a empresa A3 Eventos Ltda para atender a região centro-oeste - até que houvesse um posicionamento favorável da Controladoria Geral da União quanto a continuidade do contrato com a referida empresa. Para dar prosseguimento aos trabalhos do CONTRAN, Câmaras Temáticas e respectivos Grupos de Trabalho dentre outros, a Unidade decidiu buscar apoio em atas de registro de preços de outros órgãos, para adesão temporária até que fosse regularizada a situação dos Contratos do Ministério das Cidades, para liberação dos serviços de eventos;

**3) Não aprovação de Destaque Orçamentário:** Os cursos presenciais para capacitar 11.300 profissionais da área de trânsito foram planejados para serem realizados pela Fundação Universidade de Brasília-FUB utilizando seu corpo técnico, tecnologia e conhecimentos, para aplicação em âmbito nacional, no mesmo formato de outro projeto executado em anos anteriores. Porém, não foram realizados em razão das dificuldades encontradas para aprovação da modalidade de Destaque Orçamentário proposta no processo. A CGIJF/Denatran e a CONJUR/MCidades coadunam com a deflagração de procedimento licitatório interno e se manifestaram contrárias à realização do Destaque Orçamentário, conforme manifestação na Nota Técnica nº 1.710/2011/CGIJF e Nota CONJUR/MCIDADES Nº 331/2011 acostadas ao Processo nº 80000.042111/2011-93. Portanto, a execução da ação não ocorreu na forma planejada.

Outra dificuldade que traz limitações à Unidade e vem sendo insistentemente ressaltada é a **necessidade premente e imediata de pessoal** para o Denatran. Essa situação encontra-se, sobremaneira, insustentável e vem sendo prejudicial ao desempenho da Unidade em razão do aumento exponencial do volume de trabalho, da construção e implementação de projetos que atendam de forma mais efetiva a PNT, acrescidos dos compromissos assumidos no lançamento do "Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito - Pacto pela Vida" para cumprir as ações da Década **2011-2020**, proclamada pela Organização das Nações Unidas como a "**Década de Ação para Segurança Viária**". No item 5 do presente relatório, que trata sobre recursos humanos, este assunto foi abordado com maiores detalhes.

Em relação a execução financeira, cabe registrar que a **ausência de faturas** para liquidação e pagamento dos compromissos assumidos é um fator crítico que impacta o limite financeiro do exercício subsequente e exige dos gestores atuação ativa no controle das publicações. Trata-se das matérias do DENATRAN enviadas no sistema INCOM e publicadas no Diário Oficial da União, para as quais a Imprensa Nacional **não emitiu as correspondentes faturas** até a presente data, embora esta Unidade tenha feito insistentes cobranças junto ao setor financeiro da IN, sem resultado efetivo:



Valores a Faturar - IN

Ano de Competência	Valor a Faturar
2009	44.611,43
2010	57.524,73
2011	267.320,75
<b>TOTAL</b>	<b>369.456,91</b>

Fonte: INCOM e Controle da CGPO

Fonte: SIAFI/SIGPLAN/Denatran/Ministério da Saúde/Órgãos Estaduais e Municipais de Trânsito

## II. Execução física das ações realizadas pela unidade

Integram o Programa 0660 as seguintes ações orçamentárias, incluídas duas Emendas:

Tabela IV – Ações Orçamentárias

<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO DENATRAN</b>
2272-Gestão e Administração do Programa
4410-Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito
6622-Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito
4641-Publicidade de Utilidade Pública
8028-Fortalecimento Institucional dos Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito
4414-Educação para a Cidadania no Trânsito
4414-Educação para a Cidadania no Trânsito - Apoio a Projetos de Educação, Cidadania e Segurança no Trânsito – Itabaiana-SE
8487-Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito
8487-Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito – Apoio a Projetos Destinados à Redução de Acidentes – Estado do Rio de Janeiro
4398-Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito
0998 - Reserva de Contingência – Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas

Fonte: LOA 2011

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
15	122	0660	2272	A	3	-	-	-	-
15	572	0660	4398	A	2	Projeto Apoiado	3	1	6
15	452	0660	8028	A	7	Projeto Elaborado	3	0	5
15	126	0660	4410	A	1	Sistema Mantido	13	13	10
15	452	0660	4414	A	5	Projeto Elaborado	6	6	7
15	131	0660	4641	A	6	-	-	-	-
15	128	0660	6622	A	4	Profissional Capacitado	13.300	2.000	7.000
15	452	0660	8487	A	8	Profissional Capacitado	15	3	2

Fonte: LOA 2011

As ações do Programa 0660, no exercício de 2011, apresentaram execução física adequada, porém com algumas limitações, conforme resultados comentados a seguir:

**a) Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa**

A ação 2272 fornece recursos orçamentários para atender as despesas operacionais e administrativas para a manutenção e gestão das atividades do Denatran, tais como: passagens, diárias, eventos, correios, publicações, material permanente e de consumo, salários dos servidores temporários e despesas rateadas nos contratos do Ministério das Cidades (aluguel, condomínio, limpeza, vigilância, telefonia fixa e móvel, reprografia, prestadores de serviços, dentre outros).

No orçamento, esta ação não possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. Todavia, do montante de **R\$ 18.900.000,00** foram empenhados **R\$ 6.728.002,97**, representando **35,6%** de execução decorrente das atividades abaixo:

**(a) Contrato por Tempo Determinado - Lei 8.745/93 e Decreto 4.748/03:** Trata-se de despesa com 4 servidores contratados pelo Ministério das Cidades por tempo determinado, dos quais 2 pediram demissão e outros 2 se encontram em exercício no DENATRAN;

**(b) Aquisição de passagens para servidores, convidados e colaboradores através da empresa Aires Turismo:** O Contrato para fornecimento de passagens aéreas (nacionais e internacionais) foi sub-rogado, parcialmente, ao Denatran o qual passou a ser responsável pela execução (empenho, liquidação e pagamento) de suas despesas;

**(c) Locomoção para servidores, convidados e colaboradores através da empresa contratada pelo Ministério das Cidades:** Trata-se do valor correspondente aos gastos com locomoção intermunicipal de servidores em viagens a serviço do Denatran, utilizados por meio de Contrato do Ministério das Cidades;

**(d) Concessão de diárias a colaboradores eventuais:** Trata-se de valor referente a concessão de diárias a colaboradores eventuais do Denatran;

**(e) Prestação de serviço de apoio administrativo (terceirizados) no Denatran :** Trata-se do valor correspondente ao quantitativo de prestadores de serviços (terceirizados) em exercício no Denatran, decorrentes do Contrato Administrativo nº 04/2011;

**(f) Rateio de despesas com locação de mão-de-obra com o Ministério das Cidades:** Trata-se do valor referente ao rateio de despesas com contratação de mão-de-obra (segurança, bombeiros, copeiragem, garçom, carpinteiro, jardineiro e outros) rateados com o Ministério das Cidades;

**(g) Rateio de despesas administrativas de manutenção do Denatran:** Trata-se de despesas administrativas de manutenção do Denatran, rateadas com o Ministério das Cidades (aluguel, telefonia, água, energia, manutenção e conservação predial e outros);

**(h) Serviços postais - Contrato Correios e Telégrafos do Ministério das Cidades:** As despesas com correios e telégrafos, exclusivas do Denatran, foram executadas por meio de Contrato do Ministério das Cidades, para as quais foram descentralizados os créditos correspondentes;

**(i) - Despesas com publicações na Imprensa Nacional-DOU e Boletim de Pessoal e Serviço-BPS:** Trata-se do valor correspondente ao serviço de publicação de 1.209 matérias institucionais do DENATRAN, realizado por meio de Contrato do Ministério das Cidades, sendo 1.208 no Diário Oficial da União-DOU e 1 no Boletim de Pessoal e Serviço-BPS, conforme demonstrativo abaixo:

Matérias enviadas	Quantidade
Atas	12
Deliberações	14
Extratos	16
Portarias	1.132
Resoluções	29
Termo Aditivo	02
Boletim de Serviços	01
Acordo de Cooperação Técnica	01
<b>Total Geral de Publicações</b>	<b>1.207</b>

**(j) Aquisição de material de consumo:** despesa realizada com aquisição de prismas acrílicos, placas de homenagem e papel especial para impressão de CAT;

**(k) Investimento:** aquisição de livro técnico e norma da ABNT;

**(l)- Eventos realizados pelo Denatran:** As tabelas a seguir relacionam as 166 reuniões realizadas pelas diversas áreas do Denatran, incluindo o CONTRAN e suas 6 Câmaras Temáticas com os respectivos Grupos de Trabalho, órgãos técnicos a ele vinculados, nos termos da Resolução CONTRAN nº 144, de 21/08/2003.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN realizou 07 (sete) reuniões ordinárias e 04 (quatro) extraordinárias, onde foram aprovadas 24 (vinte e quatro) Resoluções, 14 (catorze) Deliberações e julgados 883 (oitocentos e oitenta e três) recursos. As Câmaras Temáticas realizaram 94 reuniões e seus Grupos de Trabalho se reuniram 28 vezes, conforme demonstrado abaixo:

Tabela V – Reuniões Contran e Câmaras Temáticas

REUNIÕES 2011	DATA DA REALIZAÇÃO	ASSUNTOS TRATADOS E/OU DECISÕES/DOCUMENTOS PRODUZIDOS
Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN	97ª Reunião de 28/03/2011	Resoluções aprovadas nº 372, 373, 374 e 375; recursos julgados: 19.
	98ª Reunião de 06/04/2011	Resoluções aprovadas nº 376, 377, 378 e 379; recursos julgados: 17.
	99ª Reunião de 02.06.2011	Resoluções aprovadas nº 382, 383, 384, 385 e 386; recursos julgados: 37.
	100ª Reunião de 14/07/2011	Resoluções aprovadas nº 388 e 389; recursos julgados: 92.
	101ª Reunião de 11/08/2011	Resolução aprovada nº 390; recursos julgados: 154.
	102ª Reunião de 30/08/2011	Resolução aprovada 391; recursos julgados: 74.
	103ª Reunião de 13/12/2011	Resoluções aprovadas 394 , 395, 396 , 397 e 398; recursos julgados: 134.
Reuniões Extraordinárias do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN	1ª Reunião de 28/04/2011	Resolução aprovada nº 380 e 381; recursos julgados: 134.
	2ª Reunião de 02/06/2011	Resolução aprovada nº 387; recursos julgados: 59.
	3ª Reunião de 04/10/2011	Resolução aprovada nº 392; recursos julgados: 90.
	4ª Reunião de 25/10/2011	Resolução aprovada nº 393; recursos julgados: 73.
Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de	16, 17 e 18/03/2011	Revisão do texto dos capítulos 1 ao 3; organização e compatibilização entre textos e índice; elaboração do início do capítulo 4.

Engenharia - Manual Ciclovário		
Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Engenharia - Manual de Sinalização Semafórica	20 e 21/01/2011	O grupo aprovou a alteração na estrutura do Capítulo 8 proposta pela coordenadora e passou à revisão dos trechos alterados ou que ainda não tinham sido analisados.
	10 e 11/02/2011	Feita complementação da proposta pela coordenadora para o item referente aos semáforos semiatuados.
	16/03/2011	Feita análise do texto referente à coordenação semafórica.
	27/04/2011	Feito alterações no item que trata de visibilidade junto à linha de retenção, no que diz respeito ao cone de visibilidade lateral.
	24 e 25/05/2011	Feita revisão do texto que já havia sido analisado até a reunião anterior.
	16 e 17/06/2011	Foram inseridas as figuras no Capítulo 9 relativas a defasagem. Foi finalizado o capítulo 9 com a conclusão dos exemplos de programação para controle em corredor em via de mão única e em via de mão dupla.
	22 e 23/09/2011	Feita revisão da versão aprovada pela CTE até o final do Capítulo 4, considerando as observações dos membros presentes e aquelas enviadas por email pelo ausentes.
	20 e 21/10/2011	O grupo revisou o texto do Manual a partir do capítulo 5.
Reunião da Câmara Temática de Educação	17 e 18/03/2011	Foram distribuídos processos, apresentada minuta do material didático para o curso de motofretista e mototaxista referente a Resolução nº 350/2010, apresentadas propostas de tema da Semana Nacional de Trânsito.
	06, 07 e 08/04/2011	Foram distribuídos processos; elaborada Nota Técnica referente à escolha do tema da Semana Nacional de Trânsito;
	16/06/11	Foram distribuídos processos; elaborada minuta de resolução de alteração da Resolução CONTRAN nº 321/2009.
	10 e 11/08/2011	Elaborada Nota Técnica para responder a demanda sobre a Resolução CONTRAN nº 285/2008.
	24 e 25/10/2011	Analisados os exercícios práticos propostos pela DPRF e selecionados para constar no manual de prática veicular do motofretista e mototaxista; estudo das demandas para alteração da Resol. CONTRAN nº 358/2010.
	24 e 25/11/2011	Foram distribuídos processos e deliberados os assuntos em pauta.
Reunião da Câmara Temática de Engenharia da Via	17 e 18/03/2011	Discutidos os assuntos referentes a semáforo para pedestre deficiente visual, colorimetria das películas na sinalização vertical; apresentado as versões em andamento do Manual de Sinalização Semafórica e Sinalização de Obras; informe sobre o andamento do Manual de Sinalização Vertical de Indicação e sobre as minutas de resolução sobre a faixa elevada para travessia de pedestres e sonorizadores.
	28 e 29/04/2011	Foram distribuídos processos; discutido sobre sinalização de áreas de mananciais; apresentados informes sobre os Manuais e sobre a minuta de resolução sobre implantação de sonorizadores.
	30/06 e 01/07/2011	Apresentados informes sobre os Manuais e sobre a minuta de resolução sobre faixa elevada para travessia de pedestres.
	11 e 12/08/2011	Foram distribuídos processos; apresentado o Relatório sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 302/2008 e apresentados informes sobre os Manuais, minuta de resolução sobre a faixa elevada e sonorizadores.
	01 e 02/12/2011	Apresentados informes sobre os Manuais e sobre a minuta de resolução sobre faixa elevada para travessia de pedestres; sobre sonorizadores e ondulações transversais.
Reunião da Câmara Temática de Esforço Legal	17 e 18/03/2011	Foram distribuídos processos; apresentadas as Notas Técnicas nº 01/2011/CTEL sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 339/2009, Nota Técnica nº 02/2011/CTEL sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 248/2007 e Nota Técnica nº 03/2011/CTEL sobre a Portaria nº 59/2007.

	28 e 29/04/2011	Foram distribuídos processos; formado GT para revisão das fichas do Manual Brasileiro de Fiscalização - Vol. I; apresentadas as Notas Técnicas nº 04/2011/CTEL sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 66/1998, Nota Técnica nº 06/2011/CTEL sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 363/2010.
	30/06 e 01/07/2011	Foram distribuídos processos; apresentada as Notas Técnicas nº 07/2011/CTEL sobre fiscalização de infrações de trânsito com equipamento portátil, Nota Técnica nº 10/2011/CTEL sobre regulamentação dos incisos I e VI, do artigo 268, do CTB, Nota Técnica nº 11/2011/CTEL sobre apresentação de nova tecnologia.
	10 e 11/08/2011	Apresentados os relatos e as Notas Técnicas nº 15/2011/CTEL sobre revisão das Resolução CONTRAN nº 205/2006 e 235/2007, Nota Técnica nº 18/2011/CTEL sobre substituição de placas de veículos, Nota Técnica nº 12/2011/CTEL sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 310/2009, Nota Técnica nº 13/2011/CTEL sobre normatização do registro e licenciamento dos ciclomotores e motorizados elétricos.
	29 e 30/08/2011	Apresentados os relatos e as Notas Técnicas nº 18/2011/CTEL sobre alteração da Resolução CONTRAN nº 363/2010, Nota Técnica nº 16/2011/CTEL sobre alteração na Portaria nº 59/2007 referente a excesso de peso.
	24 e 25/11/2011	Foram distribuídos processos sobre Resolução CONTRAN nº 363/2010, infrator contumaz, Resolução CONTRAN nº 303 e 304/2008, Sistema Eletrônico Integrado. Apresentados os relatos, Notas Técnicas e minuta de Resolução referentes aos processos constantes em pauta.
	13 e 14/12/2011	Apresentados os relatos e considerações referentes aos processos constantes em pauta e Nota Técnica nº 21/2011/CTEL sobre anulação de pontuação atribuída aos condutores de veículos profissionais, não notificados da autuação para apresentação de defesa prévia.
Reunião da Câmara Temática de Assuntos Veiculares	17 e 18/03/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado os Pareceres nº 48/2011/CTAV sobre revisão da Resolução nº 354/2010 e Parecer nº 49/2011/CTAV sobre invenção do limitador de velocidade.
	06 e 07/04/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta.
	28 e 29/04/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado os Pareceres nº 51/2011/CTAV sobre regulamentação para equipamento veicular usado, Parecer nº 52/2011/CTAV sobre homologação de dispositivo de cobertura para caçambas basculantes, Parecer nº 53/2011/CTAV sobre dispositivo automático de comutação de faróis, Parecer nº 54/2011/CTAV sobre alteração da Resol. CONTRAN nº 36/1998, Parecer nº 55/2011/CTAV sobre alteração e complementação da Resolução 277/2008
	21 e 22/06/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado os Pareceres nº 56/2011/CTAV sobre instalação/fabricação de equipamento veicular tipo carroceria fechada, Parecer nº 57/2011/CTAV sobre homologação de guindaste importado, Parecer nº 58/2011/CTAV sobre regulamentação de veículos para o exercício das atividades de mototaxi e motofrete, Parecer nº 59/2011/CTAV sobre regulamentação de inspeção semestral de motocicletas empregadas para fins comerciais, Parecer nº 60/2011/CTAV sobre inspeção veicular relacionada aos equipamentos aplicados no transporte rodoviário de produtos perigosos, Parecer nº 66/2011/CTAV sobre utilização de veículos para transporte escolar.

	10 e 11/08/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado os Pareceres nº 62/2011/CTAV sobre dispositivo de protetor lateral, Parecer nº 64/2011/CTAV sobre proposta de alteração de resolução referente a pneus, aros e rodas; Parecer nº 66/2011/CTAV sobre esquema de mudança de marchas para caixa de mudança manual e automática; Parecer nº 67/2011/CTAV sobre sistema de alerta luminoso ou sinal de rádio; Parecer nº 69/2011/CTAV sobre revisão da Resol. CONTRAN nº 463/1973 sobre superfície refletiva.
	29 e 30/08/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado os Pareceres nº 71/2011/CTAV sobre certificação do sinalizador alerta vermelho para veículos; Parecer nº 72/2011/CTAV sobre multa por excesso de peso no transporte de biodiesel; Parecer nº 79/2011/CTAV sobre suspensão da vigência da Resolução CONTRAN nº 281; Parecer nº 82/2011/CTAV sobre legislação aplicável a mangueiras flexíveis de freio hidráulico.
	03 e 04/10/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado o Parecer nº 84/2011/CTAV sobre a Resolução CONTRAN nº 258/2007; elaborada minuta de resolução sobre cor predominante.
	24 e 25/11/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado o Parecer nº 85/2011/CTAV sobre alteração de resolução referente a pneus, rodas e aros.
	13 e 14/12/2011	Foram discutidos e distribuídos processos constantes em pauta; apresentado os Pareceres nº 86/2011/CTAV sobre dispositivo denominado Assistente Dinâmico de Iluminação- DLA; Parecer nº 87/2011/CTAV sobre implantação do programa de inspeção técnica veicular.
Reunião da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente	17 e 18/03/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta.
	29 e 30/04/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada minuta de alteração dos artigos 11, 12 e 14 da Resol. CONTRAN nº 267/2008.
	30/06 e 01/07/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada a Nota Técnica nº 01/2011/CTSMA sobre laudos médicos afirmativos de incapacidade física de pessoas interessadas em adquirir veículos adaptados.
	03, 04 e 05/08/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada a Nota Técnica nº 02/2011/CTSMA sobre CNH de pessoas portadoras de Diabetes Mellitus; elaborado o Relatório nº 03/2011/CTSMA sobre aplicabilidade do artigo 14 do CTB.
	08, 09 e 10/09/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta.
	24 e 25/11/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentado o Relatório nº 07/2008/CTSMA sobre disponibilização de intérpretes no exame de obtenção de CNH para deficientes auditivos; elaborada Nota Técnica nº 04/2011/CTSMA sobre o Projeto de Lei nº 5607/2009.
Reunião da Câmara Temática de Formação e Habilitação de Condutores	17 e 18/03/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada Nota Técnica nº 004/2011/CTH sobre incapacidade laborativa que interfere na condução de veículos automotores.
	06 e 07/04/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada Nota Técnica nº 002/2011/CTH sobre circulação de ATVs e quadriciclos.
	16 e 17/06/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada Nota Técnica nº 003/2011/CTH sobre uso de simuladores para formação de condutores em auto escolas.
	30/06 e 01/07/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada minuta de resolução e Nota Técnica nº 004/2011/CTH sobre incapacidade laborativa que interfere na condução de veículos automotores.

	10 e 11/08/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada minuta de resolução sobre libras; elaborada Nota Técnica nº 005/2011/CTH sobre circulação de ATVs e quadriciclos.
	24 e 25/11/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada Nota Técnica nº 006/2011/CTH sobre interpretação da Resolução CONTRAN nº 168/2004, itens 6.1 e 7.1 do Anexo II.
	13 e 14/12/2011	Foram discutidos e relatados os processos constantes em pauta; apresentada Nota Técnica sobre consulta referente a Resolução CONTRAN nº 358/2010.
Reunião dos Grupos de Trabalho da Câmara Temática de Engenharia: Manual de Sinalização de Obras	15 e 16/03/2011	Foi dada continuidade na elaboração do Capítulo 7 do Manual. Foi apresentado texto base dos itens que compõem o Capítulo 8 e 9 do Manual.
	26 e 27/04/2011	Foi dada continuidade na elaboração do Capítulo 7 do Manual, referente aos dispositivos de proteção contínua, luminosos e de uso temporário.
	24 e 25/05/2011	Feita a revisão da minuta de resolução que trata de sonorizador. Foi dada continuidade na elaboração do Capítulo 7 do Manual, referente aos dispositivos de proteção contínua, luminosos e de uso temporário.
	28 e 29/06/2011	Feita a revisão da minuta de resolução que trata de sonorizador. Foi dada continuidade na elaboração do Capítulo 7 do Manual, referente aos dispositivos de proteção contínua, luminosos e de uso temporário.
	09 e 10/08/2011	Feita a revisão e finalização da minuta da resolução que trata de sonorizador. Foi dada continuidade a elaboração do Capítulo 7, referente aos dispositivos de proteção contínua, luminosos e de uso temporário.
	05 e 06/09/2011	Foi dada continuidade na elaboração do Manual.
	10 e 11/10/2011	Foi dada continuidade na elaboração do Manual.
	22 e 23/11/2011	Feita revisão final do texto e projetos tipo do Manual de Sinalização de Obras.
	12 e 13/12/2011	Feita revisão para envio à CTE.
Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Esforço Legal: Manual de Fiscalização	16 e 17/03/2011	Revisão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I, alteração das fichas de enquadramento, anexas à Resolução CONTRAN 371/2010.
	24 a 27/05/2011	Revisão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I, com análise das propostas enviadas pelos interessados através do site do DENATRAN.
	28/06 a 01/07/2011	Revisão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I e análise das sugestões enviadas pela CET.
	25 a 29/07/2011	Revisão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I e análise das sugestões enviadas pela PMRV/SP.
	31/08 a 02/09/2011	Revisão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I.
	26 a 28/09/2011	Revisão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I e revisão das fichas do MBFT.
Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Educação	28/04/2011	Elaboração da minuta de resolução que trata do tema da Semana Nacional de Trânsito de 2011.
Reunião do Grupo de Trabalho Intercâmara entre as Câmaras Temáticas de Habilitação, Esforço Legal e Educação	29/06/2011	Estudo de proposta de alteração da Resolução CONTRAN nº 168/2004.
	21 e 22/07/2011	Continuação do estudo da proposta de alteração da Resolução CONTRAN nº 168/2004.
	31/08 e 01/09/2011	Continuação do estudo da proposta de alteração da Resolução CONTRAN nº 168/2004.

Foram realizadas 23 reuniões com assuntos relacionados aos sistemas informatizados do Denatran, conforme demonstrado abaixo:

Tabela VI – Reuniões sobre os Sistemas Informatizados

REUNIÕES 2011	DATA DA REALIZAÇÃO	ASSUNTOS TRATADOS E/OU DECISÕES/DOCUMENTOS PRODUZIDOS
Reunião de Coordenadores e Analistas de Sistema do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL	26/04/2011	1) Comunicação de Venda Eletrônica –CVE
		2)Transferência de veículo com vistoria realizada em outra unidade da Federação
		3)Placas de experiência
		4)Código do Renavam
		5)Determinação judicial de destituição de propriedade
		6)Divergência de capacidade de passageiros e lotação
		7)Uso indevido de Marca/Modelo/Versão dos veículos
		8)Veículos Blindados
		Material para Distribuição – Resumo da Palestra do Piloto e material Denatran
		10) SINIAV-Sistema Integrado de Identificação Automática de Veículos
		11)Emissão de 2ª via de CRV-Certificado de Registro de Veículos com ocorrência
		de Roubo/Furto
		12)Ciclomotor
		13) Tanque Comboio (compartimentos de carga)
14)Vistorias de Resolução 282 e Portaria 1334-Denatran		
Reunião dos Coordenadores e Analistas de Sistema do Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH	28/abr/11	Discussão sobre o batimento das bases dos Estados com o DENATRAN Perguntas e respostas sobre dúvidas dos Coordenadores dos Estados
Reunião dos Coordenadores e Analistas do Sistema do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF	27.04.2011	Finalidade de avaliação, definição, aprimoramento e harmonização das atividades comuns aos órgãos executivos de trânsito da União, Estados e do Distrito Federal, que compartilham a gestão dos sistemas.
		Ajustes de transações do sistema em diversos itens
		Conciliação repasse financeiro - primeira fase
		Conciliação repasse financeiro - segunda fase
		Análise resolução 363/2011
		Definição procedimentos para desvinculação multas
Talonnário eletrônico		
Reunião do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos – SINIAV	25/01/2011	Acompanhamento do desenvolvimento do Projeto Piloto do SINIAV
	07/02/2011	
	17/03/2011	
	08/04/2011	
Reunião de trabalho para preparação do Encontro para lançamento do Projeto Piloto SINIAV, realizado pelo DETRAN/RJ	11/08/11	<b>Discussão dos assuntos abaixo, relacionados à organização do Encontro SINIAV:</b>
		Incluir na parte da apresentação das Aplicações do SINIAV os Projetos Taxi Boa Praça da CET-RIO e o Controle dos Veículos dos Transportes Concedidos da Sec Transportes do Estado do Rio de Janeiro
		Convidar Jornalistas – Promover entrevistas anteriores – Alberto CET-Rio e Sec Transportes do ERJ
		Transmissão Simultânea – Telão Local e internet com Link no Denatran e no Detran-RJ
		Composição da Mesa – Previstas 10 pessoas – na presença do Governador ajustar cerimonial
		Enviar Logo Detran-RJ para Denatran
		Credenciamento – Denatran proverá infraestrutura – Sistema de inscrições, recepcionistas, sistema para



		controle e emissão de etiquetas, etc. Detran RJ dará apoio local - Crachá com etiqueta emitida na hora do credenciamento – Apoio para identificação de Autoridades Denatran e Detran-RJ
		Material para Distribuição – Resumo da Palestra do Piloto e material Denatran
		Confirmar convidados – Alternativas de quantidade
		Enviar Filme do Projeto Piloto RJ para o Denatran
		Preparar resumo explicando o SINIAV
		Visita técnica ao local do evento – Centro de Convenções Bolsa do Rio
Reunião do Grupo de Acompanhamento e Planejamento Operacional - GAPO e Grupo de Acompanhamento e Avaliação Técnica - GAAT do Projeto do Sistema de Monistramento Automático de Veículo - SIMRAV	14 reuniões	Tratar sobre a implementação do Projeto SIMRAV

Além dessas, foram realizadas outras reuniões para tratar de assuntos relacionados ao trânsito, conforme demonstrado abaixo:

Tabela VII – Outras Reuniões

REUNIÕES 2011	DATA DA REALIZAÇÃO	ASSUNTOS TRATADOS E/OU DECISÕES/DOCUMENTOS PRODUZIDOS
Reunião do Comitê de Mobilização Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito	12 e 13 /07/2011	Formação de Grupos de trabalho, análise de propostas recebidas de entidades e pessoas em geral, com sugestões para o <b>Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020</b> , colocado em consulta pública, na internet, pelo Ministério das Cidades; elaboração de proposta; apresentação das proposta elaboradas;
	9 e 10/08/2011	Discussão e votação do Plano Nacional de redução de Acidentes e Segurança Viária
Reunião da Comissão de Sistemas Automáticos não Metrológicos de Fiscalização de Trânsito (SAnMFT)	18/10/2011	Analisar a revisão das Portarias Inmetro referentes ao SAnMFT
Lançamento do Pacto Nacional pela Redução das Mortes no Trânsito	11/05/2011	Lançado para mobilizar órgãos e entidades de trânsito federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais e a sociedade, a trabalharem juntos para executar ações com vistas a diminuir os altos índices de acidentes no trânsito, em resposta à conclamação mundial da Organização das Nações Unidas.
Reunião do Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito - COMFITRAN	XI Reunião Ordinária 16, 17 e 18/03/2011	-Mudanças e implementações na Resolução Contran nº 331/09 que trata sobre Leilões de Veículos;
	XII Reunião Ordinária 15, 16 e 17/06/2011	-Minuta de Portaria sobre aplicação dos valores arrecadados com multas de trânsito;
	XIII Reunião Ordinária 31/08 a 02/09/2011	-Mudanças na Resolução Contran nº 155/04 e na Portaria Denatran nº 74/08 com intuito de incluir penalidades aos órgão inadimplentes no Renainf;
	XIV Reunião Ordinária, 16, 17 e 18/11/2011	-Estudos para procedimentos unificados para arrecadação das multas de trânsito, taxas e licenciamento de veículos e também inscrições em dívida ativa.
	XI Reunião Ordinária 16, 17	-Cobrança de multas de veículos estrangeiros antes de sua saída do território nacional;
		-Esclarecimentos e entendimentos jurídicos que

	e 18/03/2011	permitem a inscrição de devedores de multas no Serasa -Acompanhamento da adimplência e inadimplência dos repasses financeiros entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Sistema RENAINF
	XII Reunião Ordinária 15, 16 e 17/06/2011	
	XIII Reunião Ordinária 31/08 a 02/09/2011	
Reunião de Implantação do FUNSET-NET		Foram realizadas reuniões para discutir os ajustes a serem feitos nas funcionalidades para homologação e as iterações (fases/etapas) do cronograma de implementação do FunsetNet.

As despesas abaixo são remanescentes dos exercícios de 2009 e 2010 e foram inscritas em Restos a Pagar na Ação 2272:

Tabela VIII – Restos a Pagar 2009 e 2010 na ação 2272

Descrição da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Gráfica Brasil 2009	59.780,79	0,00	0,00
Correios	589.483,15	557.137,29	557.137,29
Publicações na Imprensa Nacional	525.375,77	318.948,23	318.948,23
Contratos rateados com MCidades	143.503,94	42.991,45	42.991,45
<b>Evento:</b> Comitê de Mobilização Nacional pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito (27 a 28/04/10)	43.357,80	43.357,80	43.357,80
<b>Evento:</b> 9º Reunião do Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Paz e Segurança no Trânsito (08/09/10)	13.801,50	13.021,50	13.021,50
<b>Evento:</b> Apresentação de Simuladores (29/09/10)	7.570,92	7.570,92	7.570,92
<b>Evento:</b> Reunião da CT de Educação (27 a 29/10/10)	5.780,06	5.780,06	5.780,06
<b>Evento:</b> Transcrição da Reunião do COMFITRAN (12 a 14/05/10) - Porto Alegre/RS	12.870,00	12.870,00	12.870,00
<b>Evento:</b> Transcrição da Reunião do COMFITRAN (11 a 13/08/10) - Belo Horizonte/MG	19.635,00	19.365,00	19.365,00
<b>TOTAL DE DESPESAS INSCRITAS EM RAP – Ação 2272</b>	<b>1.421.158,93</b>	<b>1.021.042,25</b>	<b>1.021.042,25</b>

Fonte: Siafi

Os recursos utilizados nesta ação foram provenientes de outras receitas próprias (Certificação de Adequação à Legislação de Trânsito-CAT; Instituição Técnica Licenciada-ITL; Registro Nacional de Infrações de Trânsito-RENAINF e Contratos de Receita), Fonte 0150.

Metas e resultados da ação 2272

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Não há produto definido	-	17.900.000,00	-	6.727.776,87
	-	1.000.000,00	-	226,10
	<b>TOTAL</b>	18.900.000,00		6.728.002,97

Fonte: Siafi e Sigplan:

- os dados constantes na 1ª linha referem-se às despesas de custeio com recursos de receitas próprias Fonte 0150.

- os dados da 2ª linha referem-se às despesas de investimento com recursos de receitas próprias Fonte 0150.

## b) Ação: 4398 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito

Esta ação destina-se a promover a segurança, gestão operacional e a fiscalização do trânsito por meio da melhoria de processos e dos instrumentos, equipamentos ou produtos utilizados na área de trânsito.

No orçamento anual, esta ação possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. Todavia, o orçamento de R\$ 4.700.000,00 foi integralmente empenhado, representando 100% de execução.

Foram utilizados os recursos da ação para atender o Contrato Administrativo nº 01/2011, celebrado com o SERPRO cujo objeto é a prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação para Produção do Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos (Simrav), sobre o qual tecemos as considerações a seguir.

A edição da Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, pelo Congresso Nacional criou o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. Em atendimento a essa lei, o CONTRAN publicou a RESOLUÇÃO nº 245, de 27 de julho de 2007, que estabelece o equipamento antifurto obrigatório a ser implantado nos veículos novos a serem produzidos ou importados para o Brasil.

Coube ao DENATRAN, através das Portarias nº 47/07, 102/08, 129/08, 253/09, 133/09, 224/09, 225/09 e 661/09 regulamentar a implantação do equipamento antifurto, dessa forma criou-se o Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos – SIMRAV.

No ano de 2010, continuando os trabalhos que visam à operação do sistema, foram realizadas reuniões dirigidas pelo Ministro das Cidades, com a participação das Diretorias do SERPRO, ACEL, ANFAVEA, ABRACICLO, GRISTEC, SINDIPEÇAS e DENATRAN, de onde saíram as diretrizes para o desenvolvimento do projeto pelos técnicos de todas as entidades envolvidas no projeto. Foram feitas reuniões dos Grupos de Acompanhamento da Operação Assistida, criada pela Resolução CONTRAN nº 330, de 14 de agosto de 2009. Dentro da Operação Assistida foram realizados os testes possíveis, em bancada e em veículos.

Foi publicada a Portaria Denatran nº 902, de 08/11/2011, para definir as especificações, características e condições de funcionamento e operação do dispositivo antifurto e do sistema de localização de que trata a Resolução CONTRAN nº 245/2007.

Em 28/11/2011 o Denatran assinou o Contrato nº 01/2011 com o Serpro para a prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicação para produção do sistema SIMRAV. Esse Contrato foi publicado no Diário Oficial da União em 30/11/2011, Seção 3, fl. 144.

A Deliberação CONTRAN nº 121, de 22/12/2011, alterou a Resolução CONTRAN nº 330, de 14/08/2009 e facultou a antecipação do cronograma de instalação do equipamento obrigatório definido na Resolução nº 245/2007, proporcionando a instalação de forma total ou parcial a partir de 01/05/2012, data prevista para o início da disponibilidade da infraestrutura de telecomunicações.

Em 06/01/2012, o SERPRO publicou no Diário Oficial da União, Seção 3, fl. 115, o Aviso de Credenciamento Público nº 19/2012, para contratação dos serviços do sistema Denatran de telecomunicações SIMRAV.

O Contrato Administrativo nº 07/2007, publicado em 04/01/2008, foi celebrado entre o DENATRAN e o Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun para a realização de especificação da tecnologia da placa eletrônica de identificação veicular, definição dos cenários de seu ciclo de vida para suportar a atualização do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAAM e especificação da arquitetura de referência do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV, em acordo com a Resolução do CONTRAN nº. 212, de 13 de novembro de 2006. O Contrato será prorrogado até 25/12/2012, para que o processo de implantação

do sistema seja concluído, motivo pelo qual o pagamento previsto para o exercício de 2011 ocorrerá no exercício de 2012, condicionado à entrega dos relatórios trimestrais de suporte técnico realizado durante a implantação do SINIAV.

As despesas remanescentes dos exercícios de 2009 e 2010 inscritas em Restos a Pagar nesta Ação 4398, são:

Descrição da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Projeto SINIAV - executado pelo Centro de Pesquisas Avançadas Verner Von Braun - 2009	76.800,00	76.800,00	76.800,00
Projeto SINIAV - executado pelo Centro de Pesquisas Avançadas Verner Von Braun - 2010	51.300,00	0	0
<b>TOTAL DE DESPESAS INSCRITAS EM RAP – Ação 4398</b>	<b>128.100,00</b>	<b>76.800,00</b>	<b>76.800,00</b>

Fonte: Siafi

Os recursos utilizados nesta ação foram provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito e repassada ao FUNSET, em conformidade com o parágrafo único, artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

*Metas e resultados da ação 4398*

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Projeto Apoiado	3	4.700.000,00	1	4.700.000,00

Fonte: dados extraídos do Siafi e Sigplan

**c) Ação: 8028 – Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito**

Esta ação tem o objetivo de promover a melhoria do desempenho dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito-SNT e fomentar a integração de novos municípios aos SNT.

No orçamento anual, esta ação possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução, além disso, o montante autorizado de R\$ 2.880.000,00 não foi executado.

O planejamento realizado pela Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico – CGPNE contemplou na ação 8028 a elaboração e impressão de exemplares do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e do Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, que demandaria a maior parte dos recursos. Entretanto, nenhum material foi impresso em função da inexistência de contrato com uma gráfica para execução do serviço, razão pela qual os recursos previstos não foram utilizados. Além disso, as viagens do projeto de acompanhamento de municípios e as reuniões previstas com os órgãos de trânsito municipais, não foram realizadas em razão das limitações para concessão de passagens e diárias no exercício de 2011.

A impressão dos exemplares do CTB e dos volumes do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, que demandaria a maior parte de recursos planejados, não foi realizada em função da inexistência de contrato com uma empresa gráfica para execução do serviço, apesar da tentativa de adesão a ata de registro de preços pelo Denatran.

Os recursos autorizados nesta ação foram provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito e repassada ao FUNSET, em conformidade com o parágrafo único, artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

*Metas e resultados da ação 8028*

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
	3	2.880.000,00	0	0,00

Fonte: dados extraídos do Siafi e Sigplan

**d) Ação: 4410 – Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito**

Os recursos da ação **4410** destinam-se a atender a criação, manutenção, expansão e implantação dos diversos sistemas informatizados do Denatran como: RENAAM, RENACH, RENAINF, SINIAV, RECALL, dentre outros.

No orçamento anual, esta ação possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. Do orçamento de **R\$ 120.063.353,00** foi empenhado o montante de **R\$ 113.702.583,21**, representando **97%** de execução.

Esta ação atendeu as despesas com a produção e manutenção dos sistemas informatizados do DENATRAN, tais como Registro Nacional de Veículos Automotores-RENAAM, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação-RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito-RENAINF, Sistema Nacional de Controle e Emissão de Certificado de Segurança Veicular e Vistorias-SISCSV, produção ECV de vistoria de veículos –, Restrições Judiciais de Veículos Automotores-RENAJUD, DW Trânsito, Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos-SIMRAV e Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos-SINIAV, sendo ndo que este ultimo teve sua implantação e produção adiadas, portanto, não demandou gastos.

O volume de informações mantidas pelo DENATRAN por meio dos sistemas RENAAM/RENACH/SISCSV e RENAINF, proporcionou o montante de 794 milhões de acessos às informações disponíveis em suas bases em 2011. Atualmente, o sistema RENAAM controla uma frota de 70,5 milhões de veículos e o sistema RENACH por sua vez, apresenta atualmente 57,5 milhões de condutores habilitados. Ademais, o sistema RENAINF, iniciado em 2004, apresentou naquele ano um volume de 500 mil multas interestaduais, chegando em 2011 a um montante de 31,7 milhões, demonstrando um crescimento substancial no volume de multas registradas em sua base.

Visando garantir a segurança veicular, com fulcro na Portaria Denatran nº 190/2010, que estabelece o procedimento para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAAM, foram emitidos 5.720 Certificados de Adequação à Legislação de Trânsito–CAT. Em conformidade com a Portaria Denatran nº 131/2008, que estabelece os requisitos técnicos e procedimentos para credenciamento de empresas prestadoras de serviço de vistoria em veículos automotores, foram credenciadas 720 Empresas de Vistoria Veicular – ECVs. Além disso, foram credenciadas 198 Instituições Técnicas Licenciadas-ITL, para execução da Inspeção Técnica Veicular–ITV nos veículos de transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros, conforme a Resolução CONTRAN nº 359, de 29 de setembro de 2010.

O Contrato Administrativo nº 01/2009, celebrado entre o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, assinado em 25/11/2009, tem por objeto a prestação de serviços especializados e contínuos em Tecnologia da Informação – TI para atender os sistemas: Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAAM, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, Sistema de Certificação de Segurança Veicular – SISCSV,

Restrições Judiciais de Veículos Automotores – RENAJUD e Sistema de Vistoria de Veículos – ECV. Em 25/11/2011 foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao referido Contrato para continuidade dos serviços e, para atender essa despesa, foi estimado o valor de R\$ 79,8 milhões.

Em 2011, o Denatran providenciou o Reconhecimento de Dívida (Processo 80000.055952/2010-80) em favor do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, no montante de R\$ R\$ 31.933.699,33, referente aos serviços prestados nos meses de setembro a dezembro de 2010, em razão de não haver limite orçamentário disponível para reforçar a nota de empenho da mencionada despesa, naquele exercício. Esse valor foi empenhado, liquidado e pago.

Os recursos utilizados nesta ação foram provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito e repassada ao FUNSET em conformidade com o parágrafo único, artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

*Metas e resultados da ação 4410*

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Sistema Mantido	13	110.063.353,00	13	113.702.357,10
		10.400.000,00		226,10

Obs: dados extraídos do Siafi e Sigplan:

- os dados da 1ª linha referem-se aos recursos do FUNSET para custeio
- os dados da 2ª linha referem-se aos recursos do FUNSET para investimento

**e) Ação: 4414 – Educação para a Cidadania no Trânsito**

O objetivo desta ação é aumentar a conscientização, reeducação e a mudança cultural do cidadão relativa ao tema trânsito como forma de exercício da cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo e o envolvimento da comunidade, dos órgãos públicos e a sociedade civil sobre o assunto

No orçamento anual, esta ação possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. Do orçamento de **R\$ 6.120.000,00** foi empenhado o montante de **R\$ 6.011.736,27**, representando **98,2%** de execução, excluído dessa análise o valor da Emenda de R\$ 100.000,00 .

No exercício de 2011 o CONTRAN elegeu para a Semana Nacional de Trânsito o tema "**Década Mundial de Ações Para a Segurança do Trânsito - 2011/2020: Juntos Podemos Salvar Milhões de Vidas**", cujos principais pilares a serem trabalhados são: a) gestão nacional da segurança no trânsito; b) infra-estrutura viária adequada; c) segurança dos veículos; d) comportamento e segurança dos usuários; e) atendimento ao trauma, assistência pré hospitalar, hospitalar e à reabilitação.

A Semana Nacional de Trânsito é comemorada, anualmente, no período de 18 a 25 de setembro, ocasião em que foram desenvolvidas diversas ações educativas pelo Denatran, em parceria com os Departamentos Estaduais e órgãos municipais de Trânsito, abordando a temática acima.

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema “trânsito”. Em 2011, realizou sua XI edição com a participação de alunos, educadores, órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, organizações, instituições, empresas e profissionais da área de comunicação, levando-os a refletir sobre aspectos relativos à segurança, ao respeito e a

cidadania no trânsito, de modo a contribuir para a adoção de comportamentos e hábitos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano. Por meio dessa reflexão, foram inscritos 4.175 trabalhos nas categorias: pré-escola; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos; educação especial; educador; educação no trânsito, obra técnica; comunicação e cidadania.

As atividades do ciclo de palestras previstas inicialmente para agosto não ocorreram em razão da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades não considerar viável o formato do ciclo, assim como a limitação da empresa de eventos licitada pelo Ministério cujos itens não atenderam a necessidade do Denatran, como contratação de palestrante. O processo de contratação de empresa gráfica não foi concluído, assim não houve disponibilidade para impressão de material educativo e peças de divulgação para os projetos de educação. Foi utilizado saldo parcial desta ação na realização de campanhas para promover a educação no trânsito, veiculadas durante as festas de fim de ano – Natal e Ano Novo - e Férias Escolares.

O Seminário de Educação para o Trânsito e o Congresso Nacional de Trânsito, não foram realizados em 2011 em razão de indisponibilidade de empresa de eventos contratada que atendesse à estrutura necessária. Além disso, a inexistência de contrato para serviços gráficos comprometeu a execução e não permitiu a realização da atividade.

Assim, do valor total da dotação orçamentária da ação, R\$ 6.120.000,00 (desconsideradas as dotações destinadas às Emendas Parlamentares) os recursos empenhados para as atividades da ação totalizaram o montante de R\$ 6.011.736,27, perfazendo o percentual de **98,2 %** de execução.

Dentre as principais atividades realizadas nesta ação no exercício de 2011, destacamos os 5 (cinco) eventos abaixo:

*Tabela IX – Reuniões sobre educação no trânsito*

<b>REUNIÕES 2011</b>	<b>DATA DA REALIZAÇÃO</b>	<b>LOCAL DA REUNIÃO</b>	<b>ASSUNTOS TRATADOS E/OU DECISÕES/DOCUMENTOS PRODUZIDOS</b>
Prêmio DENATRAN de Educação no Trânsito	13 de dezembro de 2011	Brasília/DF	Entrega da premiação do XI Prêmio Denatran de Educação no Trânsito, onde 4.175 pessoas se inscreveram em 13 categorias diferentes e foram ao todo 39 premiados de diversos municípios do país.
Reunião da Comissão Julgadora do Prêmio DENATRAN	17 a 18 de novembro de 2011	Brasília/DF	Reunião da Comissão Julgadora do XI Prêmio Denatran de Educação no Trânsito para analisar os trabalhos enviados nas 13 categorias. Foram convidados 39 julgadores para compor mesa de três pessoas por categoria. Deste julgamento foram selecionados os três melhores trabalhos por categoria e definidos a colocação destes na premiação.
Semana Nacional de Trânsito	18 a 25 de setembro de 2011	Eventos: Brasília/DF e Salvador/BA	Foram realizadas atividades publicitárias de utilidade pública com veiculação em todo o país de diversas mídias, como busdoor, taxidoor, mobiliário urbano, anúncio, adesivos, cartazes, internet, filmes, dentre outras. Ocorreram eventos em Brasília/DF e Salvador/BA. Também foi realizada esquetes teatrais dentro do Ministério das Cidades com diversos temas de trânsito.
	Mês de setembro a outubro de 2011	Campanhas publicitárias: todos os estados	

Dia das Crianças: "Paradinha no trânsito"	12 de outubro de 2011	Brasília/DF	Campanha ocorreu no parque da cidade de Brasília para sensibilizar os atores do trânsito para que tomem cuidado especial com crianças e idosos, pessoas mais vulnerabilizadas no trânsito. Ocorreram distribuição de material informativo e educativo, caminhada e passeio ciclístico.
Reunião da organização do evento de lançamento da Campanha da Semana Nacional de Trânsito	12 de setembro de 2011	Salvador/BA	Discussão da logística, apresentação, organização geral para o evento da "Caminhada da Semana Nacional de Trânsito" ocorrida em 18/9/2011

Além disso, apresentamos a seguir a relação de 34 (trinta e quatro) eventos organizados por outras instituições/órgãos, nos quais houve efetiva participação e representação do DENATRAN no exercício de 2011, todos relacionados à educação para o trânsito:

*Tabela X - Participação do Denatran em Reuniões de outros órgãos e instituições*

REUNIÕES 2011	DATA DA REALIZAÇÃO	LOCAL DA REUNIÃO	ASSUNTOS TRATADOS E/OU DECISÕES/DOCUMENTOS PRODUZIDOS
Projeto Rondon - Palestra sobre as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito	24 a 29 de janeiro de 2011	Valença do Piauí/PI	Foi apresentado o tema "Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito" aos profissionais do trânsito, promovendo discussões e oficinas acerca do tema.
Reunião de monitoramento na preparação do plano de ação do projeto vida no trânsito	17 a 20 de abril de 2011	Curitiba/PR Teresina/PI	Apresentação e discussão de dados de acidentes de trânsito com vítimas fatais e não fatais objetivando a criação de ações para redução dos índices de acidentes, mortos e feridos no trânsito em todo o país.
	21 a 22 de julho de 2011	Belo Horizonte/MG	
	16 a 17 de agosto de 2011	Palmas/TO	
Reunião de oficina de trabalho do projeto vida no trânsito	19 a 20 de julho de 2011	Campo Grande/MS	
Reunião do projeto vida no trânsito	10 de agosto de 2011	Belo Horizonte/MG	
Reunião da Comissão Nacional do projeto vida no trânsito	07 a 08 de novembro de 2011	Teresina/PI	Reunião com membros da comissão de cada Ministério para informar e analisar formas de contribuição com projetos e ações nas cidades para diminuição dos índices de acidentes de trânsito
Reunião de análise de dados complementares por grupo de gestão de programas, projetos e sistemas relacionados com várias etapas das Estratégias pró-ativas e parcerias (EPP) e a preparação da visita da Bloomberg	21 a 22 de julho de 2011	Belo Horizonte/MG	Análise de informações dos projetos, programas e sistemas com objetivo de reduzir os índices de acidentes, mortos e feridos no trânsito em todo o país.
Reunião com diretoria do Detran do Rio Grande do Norte	14 de junho de 2011	Natal/RN	Apresentação do sistema do Exame Nacional de Instrutores e Examinadores de trânsito conforme estabelecido pela Resolução do Contran n. 321/2009.
Reunião para gravação dos filmes da campanha educativa de trânsito do Denatran pelo pacto nacional pela redução de acidentes	25 a 27 de junho de 2011	São Paulo/SP	Apoio técnico e acompanhamento das gravações dos filmes de campanha educativa de trânsito a serem veiculados por diversos meios de mídia.
Reunião para gravação da campanha educativa Pare, pense, mude em razão da Semana	07 a 08 de setembro de 2011	São Paulo/SP	



Nacional de Trânsito			
Reunião da Associação Nacional dos Detrans	28 a 29 de setembro de 2011	Natal/RN	Apresentação e discussão acerca do Exame Nacional de Instrutores e Examinadores de Trânsito - ENIT/ENET nos termos da Resolução do Contran n. 321/2009.
II Simpósio de Medicina de Tráfego e Psicologia no Trânsito do Rio de Janeiro	28 a 30 de abril de 2011	Rio de Janeiro/RJ	Palestra e discussão acerca da Resolução Contran n. 267/2008
I Fórum de Educação para o Trânsito de Manaus	09 de maio de 2011	Manaus/AM	Palestra
1º Workshop sobre Educação de Trânsito de Osasco e Região	26 de junho de 2011	São Paulo/SP	palestra análise da lei 12.302/10, que regulamenta a profissão de instrutor de trânsito
II Encontro Nacional de Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas no Nordeste	29 a 30 de julho de 2011	João Pessoa/PB	Apresentação e discussão do tema "Educação de Trânsito como fator essencial na formação da cidadania plena"
Oficina para professores da rede de ensino	02 de agosto de 2011	Palmas/TO	Tema "aprendendo na escola a transitar no espaço público"
IV Fórum estadual do Instituto Zero Acidente	10 de agosto de 2011	Porto Alegre/RS	palestra análise do comportamento dos usuários do trânsito brasileiro
FIA Foundation	18 de agosto de 2011	Rio de Janeiro/RJ	Apresentação e discussão da Década mundial de ação pela segurança no trânsito 2011-2020
ICETLAN	26 de agosto de 2011	Rio de Janeiro/RJ	aula inaugural do curso de pós Graduação em Gestão de Trânsito, promovido pelo ICETLAN e Faculdade Estácio de Sá.
Encontro da comunidade operacional de meio ambiente e trânsito - ECOMAT	29 de agosto de 2011	Belo Horizonte/MG	Apresentação e discussões acerca de ações para a Década mundial pela segurança no trânsito
Encontro de Comandantes de Policiais Militares de Trânsito de Belo Horizonte	29 de agosto de 2011	Belo Horizonte/MG	Apresentação e discussões acerca de ações para a Década mundial pela segurança no trânsito
Seminário de Trânsito dos Vales	01 a 02 de setembro de 2011	Porto Alegre/RS	palestra " gestão eficiente e capacitada - integração entre governos ", e palestra sobre Educação de Trânsito
Congresso da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego	08 a 10 de setembro de 2011	Porto Seguro/BA	Debates acerca da Resolução Contran n. 267/2008
Palestra de abertura da Semana Nacional de Trânsito	18 a 20 de setembro de 2011	Araucária/PR	palestra sobre as diretrizes educacionais do ensino fundamental
Seminário "A comunicação e o trânsito" e lançamento da Rede de Trânsito	22 de setembro de 2011	Vitória/ES	palestra A comunicação e o trânsito - Campanhas do Denatran
Reunião Associação Nacional dos Detrans	29 de setembro de 2011	Natal/ RN	apresentação do sistema do Exame Nacional de Instrutores e Examinadores de Trânsito ENIT/ENET
Encontro de mototaxista da região norte e nordeste	30 de setembro de 2011	Fortaleza/CE	Discussão e entendimentos acerca da Resolução Contran n. 350/2010 e 356/2010 com o objetivo de padronização e fiscalização dos cursos afins.
Apresentação do código ColorADD - Promovido pelo Consulado Geral de Portugal e Delegação da AICEP no Brasil	03 de outubro de 2011	São Paulo/SP	Código para integração e inclusão das pessoas daltônicas no trânsito.
Seminário de Municipalização do Trânsito	18 de outubro de 2011	Curitiba/PR	Apresentação de novo modelo que o Detran PR vem utilizando com os municípios, por meio de painéis de discussões.
	25 de outubro de 2011	Teresina/PI	Palestra de como se municipalizar
Reunião FENEAUTO	19 de outubro de 2011	Brasília/DF	Discussão sobre assuntos de Centro de formação de condutores e o Denatran

7º Congresso Estadual de Desenvolvimento e Educação no Trânsito	26 a 27 de outubro de 2011	Marília/SP	palestra Educação no trânsito, conflitos e propostas de soluções
Seminário: Segurança, Educação no Trânsito e Mobilidade - EMDEC	09 de novembro de 2011	Campinas/SP	Palestra de educação no trânsito e ações relacionadas à Década mundial de segurança no trânsito.
V Encontro Baiano de Médicos e Psicólogos de Trânsito	11 de novembro de 2011	Salvador/BA	Palestra Resolução 267.
I Seminário do curso de pós Graduação da Faculdade UNISUL	24 de novembro de 2011	Tubarão/SC	Palestra sobre Diretrizes Educacionais da Educação de Trânsito e as ações da Década de Segurança
Seminário: Instrutor qualificado, trânsito mais seguro - promovido pelo Detran/PE	14 de dezembro de 2011	Gravatá/PE	Apresentação e discussão do tema: "Década mundial de segurança no trânsito e Papel do instrutor de CFC como educador de trânsito"

As despesas remanescentes do exercício de 2010 e inscritas em Restos a Pagar nesta Ação 4414, foram:

Descrição da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Evento:</b> III Seminário DENATRAN (23 e 24/11/10)	267.483,07	267.483,07	267.483,07
<b>Evento:</b> II Feira Integrar - Goiânia (17 a 19/12/2010) - MPA	889.764,96	889.764,96	889.764,96
<b>Evento:</b> X Prêmio DENATRAN (08/12/10)	113.005,01	113.005,01	113.005,01
<b>TOTAL DE DESPESAS INSCRITAS EM RAP – Ação 4414</b>	<b>1.270.253,04</b>	<b>1.270.253,04</b>	<b>1.270.253,04</b>

Fonte: Siafi

Os recursos utilizados nesta ação foram provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito e repassada ao FUNSET em conformidade com o parágrafo único, artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

#### Metas e resultados da ação 4414

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Projeto Elaborado	6	6.120.000,00	6	6.011.736,27

Fonte: Siafi e Sigplan:

#### f) Ação: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Esta ação visa propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

No orçamento anual, esta ação não possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. O orçamento de **R\$ 38.920.000,00** foi integralmente empenhado, representando **100%** de execução, incluído nessa análise o valor da suplementação.

As campanhas publicitárias educativas de trânsito, voltadas para a mudança de comportamento da população em relação ao trânsito e veiculadas em âmbito nacional, foram realizadas utilizando integralmente os recursos iniciais, acrescidos de suplementação, destinados a essa finalidade.

No exercício de 2011, foi possível investir na informação à população através de campanhas publicitárias educativas de trânsito com a veiculação, em âmbito nacional, de filmes para TV, spots de rádios, folders e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos 15 filmes e spots sob os

slogans “Ta na Pegação? Pegue táxi, ônibus ou carona. Só não pegue no volante depois de beber”, “Pare e Pense” e “Pare, Pense e Mude”, “Bebida e Direção. O efeito do álcool passa, a culpa fica para sempre”, voltados para a mudança de comportamento da população em relação ao trânsito. Foram também utilizadas mídias como: busdoor, taxidoor, anúncios em revistas, adesivos, cartazes e internet.

As despesas remanescentes dos exercícios de 2009 e 2010, inscritas em Restos a Pagar nesta Ação 4641, foram:

Descrição da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Campanhas de Publicidade de Utilidade Pública 2009	3.332.534,32	825.662,26	825.662,26
Campanhas de Publicidade de Utilidade Pública 2010	18.656.320,00	17.367.734,96	17.367.734,96
<b>TOTAL DE DESPESAS INSCRITAS EM RAP – Ação 4641</b>	<b>21.988.854,32</b>	<b>18.193.397,22</b>	<b>18.193.397,22</b>

Fonte: Siafi

Os recursos utilizados nesta ação foram provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não-DPVAT, em conformidade com o parágrafo único, artigo 78 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

*Metas e resultados da ação 4641*

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Não há produto definido	-	38.920.000,00	-	38.920.000,00

Fonte: Siafi e Sigplan:

#### **g) Ação: 6622 – Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito**

O principal objetivo da ação é capacitar profissionais dos órgãos e das entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), visando aprimorar as funções que lhe são atribuídas em suas áreas de atuação.

No orçamento anual, esta ação possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. Ressalta-se que não houve execução do orçamento de **R\$ 5.850.000,00**.

Todavia, foram capacitados 2.000 profissionais envolvidos na área de trânsito, em cursos de gestão de trânsito e legislação de trânsito disponíveis para todas as Unidades da Federação por meio da Escola Virtual Denatran (à distância), no escopo da Plataforma Educacional do Denatran. Os cursos presenciais não foram realizados em razão das dificuldades encontradas para aprovação do Termo de Cooperação a ser celebrado com a Fundação Universidade de Brasília-FUB, com vistas à utilização de seu corpo técnico, tecnologia e conhecimentos, para aplicação dos cursos de trânsito em âmbito nacional.

As despesas remanescentes do exercício de 2010 referentes aos Cursos Presenciais objeto da Portaria nº 314/2010 - Plataforma Educacional UNB, no montante de R\$ 1.303.155,02, foram inscritas em Restos a Pagar na Ação 6622:

Descrição da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Portaria 314/2010 - Plataforma Educacional UNB - Complementação dos Cursos Presenciais	196.429,95	102.736,00	102.736,00
<b>TOTAL DE DESPESAS INSCRITAS EM RAP – Ação 6622</b>	<b>1.303.155,02</b>	<b>1.194.017,76</b>	<b>1.194.017,76</b>

Fonte: Siafi

Os recursos desta ação são provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito e repassada ao FUNSET, em conformidade com o parágrafo único, artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

*Metas e resultados da ação 6622*

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Profissional Capacitado	13.300	5.850.000,00	2.000	0,00

Obs: dados extraídos do Siafi e Sigplan:

**h) Ação: 8487 – Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito**

O Objetivo desta ação é reduzir a mortalidade, gravidade e número de acidentes de trânsito no País apoiando a implementação de projetos de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e/ou outras ligadas à área de trânsito.

No orçamento anual, esta ação não possui meta física e não há indicador de desempenho para avaliar a eficiência de sua execução. Do orçamento de **R\$ 3.200.000,00** foi empenhado o montante de **R\$ 2.700.000,00**, representando **84,38%** de execução, excluído nessa análise o valor da Emenda de R\$ 500.000,00.

Os recursos consignados na ação 8487 foram executados em campanhas educativas de Trânsito durante, veiculadas durante as festas de fim de ano – Natal e Ano Novo - e Férias Escolares, com vistas a aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão, objetivando reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País, face ao comprometimento do Brasil com a Década de Ação para a Segurança no Trânsito – 2011/2020 – proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

As despesas remanescentes dos exercícios de 2009 e 2010, empenhadas com dotação descentralizada desta Ação 8487 para a realização de projetos destinados a redução de acidentes de trânsito, executados por meio da Sistemática da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob, foram inscritas em Restos a Pagar na Unidade Gestora 560007 daquela Secretaria.

Os recursos utilizados nesta ação foram provenientes do percentual de 5% da receita arrecadada com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não-DPVAT, em conformidade com o artigo 78 da Lei nº 9.503/97 – CTB.

*Metas e resultados da ação 8487*

Produto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Projeto Apoiado	15	3.200.000,00	3	2.700.000,00

Fonte: Siafi e Sigplan:

## 2.d. Desempenho orçamentário/financeiro

### I. Programação Orçamentária da Despesas – Programa 0660 - Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

As informações a seguir objetivam demonstrar o desempenho da programação e execução orçamentária da despesa, bem como os indicadores de desempenho e a análise do desempenho obtido pelo DENATRAN/FUNSET no exercício de 2011.

#### Identificação da Unidade Orçamentária

Quadro A.2.3 – Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET	56.901	200320

#### Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO					202.000.000	343.161.127	
	PLOA					202.000.000	343.161.127	
	LOA					185.333.353	349.711.127	
CRÉDITOS	Suplementares					7.930.000		
	Especiais	Abertos				4.000.000		
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados					-7.830.000	-54.796.700		
Outras Operações								
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	189.433.353	294.914.427	

Fonte:Siafi

#### Programação de Despesa de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010

<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>		12.000.000	153.982.000			
	<b>PLOA</b>		12.000.000	153.982.000			
	<b>LOA</b>		11.400.000	149.932.000			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>			48.000.000			
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>					
		<b>Reabertos</b>					
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>					
		<b>Reabertos</b>					
	<b>Créditos Cancelados</b>		-100.000				
<b>Outras Operações</b>							
<b>Total</b>		<b>11.300.000</b>	<b>197.932.000</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Siafi

Quadro A.2.6- Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>		202.000.000	343.161.127	12.000.000	153.982.000	0,00	81.801.372
	<b>PLOA</b>		202.000.000	343.161.127	12.000.000	153.982.000	476.901.797	81.801.372
	<b>LOA</b>		185.333.353	349.711.127	11.400.000	149.932.000	494.168.444	81.801.372
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		7.930.000			48.000.000		
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	4.000.000					
		<b>Reabertos</b>						
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>						
		<b>Reabertos</b>						
	<b>Créditos Cancelados</b>		-7.830.000	-54.796.700	-100.000	0	-4.000.000	0
<b>Outras Operações</b>								
<b>Total</b>		<b>189.433.353</b>	<b>294.914.427</b>	<b>11.300.000</b>	<b>197.932.000</b>	<b>490.168.444</b>	<b>81.801.372</b>	

Fonte: Siafi Gerencial

O quadro apresentado acima é um resumo dos dois demonstrativos anteriores (a e b), contemplando ainda a reserva de contingência. Assim sendo, ressaltamos que a proposta de Despesas Correntes apresentada pela Unidade no Projeto de Lei Orçamentária-PLOA, sofreu corte de 8,5% em relação ao valor da LOA. Para as Despesas de Capital esse corte foi de apenas 5%. Todavia, após a publicação do Decreto que estabeleceu limites para movimentação e empenho, essas despesas sofreram um novo corte de 10%.

No mês de dezembro, a dotação de custeio foi suplementada em R\$ 4.000.000,00 para a realização de campanhas educativas, alterando o cenário final da programação orçamentária, permitindo o cumprimento da programação de trabalho.

## II. Execução Orçamentária das Despesas

O quadro abaixo, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora não associada ao FUNSET/DENATRAN, ou seja, externa à UJ. Para efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

Quadro A.2.7- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	560010	15.122.0660.2272			6.352.745,26
			15.126.0660.4410			74.382,00
			15.131.0660.4641			38.920.000,00
			15.452.0660.4414			5.847.536,24
			15.572.0660.4398			2.700.000,00
	560011	15.122.0660.2272			232.237,60	
	Recebidos	560006	17.122.0122.2272	N/A	N/A	6.510,00
Movimentação Externa	Concedidos	110008	15.572.0660.4414	N/A	N/A	3.771,03
	Recebidos	Não houve ocorrência		N/A	N/A	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	560010	15.126.0660.4410	17.143,99	N/A	N/A
	Recebidos	Não houve ocorrência			N/A	N/A
Movimentação Externa	Concedidos	Não houve ocorrência			N/A	N/A
	Recebidos	Não houve ocorrência			N/A	N/A

Fonte: Siafi

\*N/A – Não se aplica ao Departamento.

A movimentação orçamentária de créditos para **despesas correntes** foi realizada da UG 200320-FUNSET para as Unidades Gestoras na forma abaixo:

**560006**-Secretaria Nacional Saneamento Ambiental-SNSA – Créditos Recebidos para empenhar despesa referente a realização de evento utilizando serviços do DENATRAN, conforme Memorando nº 88/2011 e Processo nº 80120.001659/2011-17.

**560010**-Coordenação-Geral de Logística-CGLOG – Créditos Concedidos para atender ao rateio das despesas administrativas de apoio e manutenção da unidade na sede do Ministério das Cidades, serviços de correios e despesas com publicidade de utilidade pública.

**560011**-CGRH – Créditos Concedidos para atender despesa com servidores contratados pelo Ministério das Cidades por tempo determinado (temporários) dos quais, até o final de

dezembro/2011, 2 (dois) encontravam-se em exercício no DENATRAN e outros 2 (dois) egressos, foram demitidos a pedido;

**110008**–Secretaria Executiva/Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA – Créditos Concedidos para reconhecimento de dívida e pagamento parcial da Nota Fiscal nº 2011/7, referente aos serviços prestados ao DENATRAN pela empresa de eventos daquele órgão, na Feira Integrar realizada em 17/12/2010.

A movimentação orçamentária de créditos para **despesas de capital** foi realizada da UG 200320-FUNSET para a UG 560010, para atender despesa com aquisição de licenças Microsoft, conforme consta do Processo nº 80000.030325/2009-01.

O quadro abaixo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação**, contempla duas colunas com informações sobre a **Despesa Empenhada** e a **Despesa Liquidada**, cada uma delas dividida nos exercícios 2010 e 2011. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “**Licitação**” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso e a Consulta, enquanto no grupo “**Contratações Diretas**” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “**Regime de Execução Especial**” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “**Pagamento de Pessoal**” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “**Outros**” são tratadas as despesas que não se enquadram nos itens anteriores.

*Quadro A.2.8–Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ* Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	686.070	-	-
Concorrência	-	70.314.165	-	50.091.257
Pregão	310.398,91	14.510.397	310.398,91	7.312.620
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preço	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	-	-	-	-
Dispensa	85.795.255,99	60.727.758	80.394.252,87	53.619.618
Inexigibilidade	-	7.211.851	-	5.888.961
<b>Regime de Execução Especial</b>	Não houve ocorrência	Não houve ocorrência	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>Pagamento de Pessoal</b>	Não houve ocorrência	Não houve ocorrência	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	110.343,23	-	110.343,23	-
<b>Outros</b>	32.795.377,33	173.404.928	32.795.377,33	1.744.400

*Fonte: Siafi Gerencial*

As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes à Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 9.472/97, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 93.972/1986 e Portaria MPOG nº 265/2001. Na modalidade de contratação “Outros” inclui-se a modalidade 08 – Não se aplica.



O demonstrativo denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**, contem quatro colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada**, **Despesa Liquidada**, **Valores inscritos em RP não processados** e **Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2010 e 2011. As linhas discriminam as despesas pelos três grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 – Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada um destes grupos está organizado pela ordem dos três principais elementos de despesas empregados, classificados de modo decrescente em razão do montante empenhado no exercício, enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Outros elementos do grupo” acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro A.2.9– Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*	N/A*
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>119.011.375</b>	<b>145.792.416</b>	<b>5.401.503</b>	<b>145.792.416</b>	<b>4.700.208</b>	<b>89.428.870</b>	<b>108.909.664</b>	<b>116.457.810</b>
<b>339004</b>	0	361.662	0	361.662	0	-	0	361.662
<b>339008</b>	0	769	0	769	0	-	-	769
<b>339014</b>	93.065	194.240	0	194.240	208-	-	92.857	194.240
<b>339020</b>	0	967.200	0	967.200	-	1.068.600	0	870.034
<b>339030</b>	11.968	14.870	0	14.870	-	2.627.000	11.968	14.870
<b>339031</b>	193.000	108.000	500	108.000	-	-	192.500	108.000
<b>339033</b>	185.384	532.643	-	532.643	-	13.059	185.384	532.643
<b>339034</b>	0	1.432.747	-	1.432.747	-	-	0	1.432.747
<b>339035</b>	0	-	-	-	-	193.250	-	-
<b>339036</b>	17.278	393.362	-	393.362	-	554.600	17.278	239.659
<b>339037</b>	0	673.169	-	673.169	-	78.303	0	245.071

<b>339039</b>	85.908.077	140.064.995	5.401.003	140.064.995	4.700.000	84.783.138	75.807.074	141.355.223
<b>339046</b>	0	18.240	-	18.240	-	-	-	18.240
<b>339092</b>	32.602.377,33	169.771		169.771		-	32.602.377,33	169.771
<b>339139</b>	0	616.134		616.134		-		616.134
<b>339104</b>	0	75.460		75.460		-		75.460
<b>339147</b>	0	52.920		52.920		110.920		24.910
<b>339192</b>	0	116.228	-	116.228		-	-	116.228
<b>335041</b>	<b>0</b>	-	-	-		-	-	-
<b>449052</b>	226						226	

Fonte: Siafi Gerencial

\*N/A – Não se aplica ao Departamento, tendo em vista que as despesas com pessoal e encargos estão consignadas ao Ministério das Cidades. Juros e Encargos da Dívida, não se aplicam.

O quadro denominado **Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

*Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ*

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	<b>226</b>	<b>181.497.334</b>		<b>181.497.334</b>		<b>186.552.933</b>		<b>3.250.381</b>
449037		410.850		410.850		-		-
449039								
449051	-	8.463.186		8.463.186		-		2.977.908
449052	226	1.241.647		1.241.647		-	226	272.473
443042		10.200.000		10.200.000	-	-		-
444042		161.181.650		161.181.650	-	186.552.933	-	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	N/A*	N/A*	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	N/A*	N/A*	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi

\*N/A – Não se aplica.

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>6.510</b>	<b>0</b>	<b>6.510</b>	<b>0</b>
Convite	0			
Tomada de Preços	0			
Concorrência	0			
Pregão	6.510		6.510	
Concurso	0			
Consulta	0			
<b>Contratações Diretas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>
Dispensa				
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>
Pagamento em Folha				
Diárias				
<b>Outras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>

Fonte: Siafi

### Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa	Não se aplica							
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1º elemento de despesa	Não se aplica							
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>6.510</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.510</b>	<b>0</b>
<b>339039</b>	6.510						6.510	
Demais elementos do grupo								

Fonte:

### III. Indicadores Institucionais

#### A) Indicadores de Desempenho:

Para análise do desempenho operacional das ações que envolvem a execução das despesas sob responsabilidade da UG 200320, foram utilizados os indicadores de eficácia abaixo descritos, apurados nas ações indicadas:

##### Indicadores Institucionais

Índice	Método de Aferição	Fórmula de Cálculo	Responsável pela apuração
Índice de execução orçamentária	Relação entre a execução orçamentária e o orçamento da Unidade	Valor empenhado / Valor Orçado	CGPO
Índice de Valores Pagos	Avalia se os limites financeiros estão compatíveis com os créditos orçamentários	Valor Pago / Valor empenhado	CGPO

##### Indicadores das Ações 4410, 4414 e 8487

Índice	Índice apurado nas ações		
	4410	4414	8487
Índice de execução orçamentária	94,70%	98,23%	84,37%
Índice de Valores Pagos	95,25%	12,48%	0%

#### B) Indicadores do Programa:

O Departamento Nacional de Trânsito, órgão máximo executivo de trânsito da União e responsável pelo cumprimento das atribuições determinadas pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, desenvolveu ações destinadas a reduzir o crescente número de acidentes fatais, não fatais e aumentar a segurança no trânsito, atingindo a população brasileira em geral e notadamente o universo de 57,5 milhões de condutores habilitados, proprietários de 70,5 milhões de veículos cadastrados, ciclistas e pedestres.

O desempenho operacional do DENATRAN, demonstrado por meio da execução de seus projetos e atividades e dos resultados alcançados relatados nos itens anteriores deste Relatório, pode ser expresso e avaliado por meio dos indicadores abaixo, relativos ao Programa 0660:

- Índice de acidentes com vítimas por 10 mil veículos
- Índice de acidentes com vítimas fatais por 10 mil veículos

O Programa 0660 tem como objetivo “reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país”. Assim, os índices apurados nos exercícios de 2009 a 2011, elaborados a partir dos indicadores efetivamente utilizados e considerados na avaliação da atuação do Denatran no desempenho de suas competências, expressam o resultado abaixo:

### Índice de Acidentes com Vítimas por 10 mil veículos

	2009		2010		2011	
	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado
	91,1	75,2	91,1	67,2	75,0	67,2
Frota Registrada		54.159.864		59.361.642		59.361.642
Data apuração		Dez/08		Dez/09		Dez/09

Fonte: Denatran/Departamentos Estaduais de Trânsito/Órgãos Municipais de Trânsito

### Índice de Acidentes com Vítimas Fatais por 10 mil veículos

	2009		2010		2011	
	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado
	6,3	6,5	6,3	6,7	6,3	6,3
Frota Registrada		54.159.864		54.506.661		64.817.974
Data apuração		Nov/08		Dez/08		Dez/10

Fonte: Ministério da Saúde/Denatran

As informações sobre vítimas fatais em acidentes de trânsito são obtidas a partir de levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde. O índice referente a 2010 considera as informações apuradas em novembro de 2011, quando foram registrados 40.989 óbitos em decorrência de acidentes de trânsito ocorridos naquele exercício.

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Informatização e Estatística – CGIE

## 3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

## 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	11.375.370	1.004.719	10.287.611	83.038
2009	183	-	183	-
...	...	...	...	...

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2010	196.905.531	35.379.963	65.358.487	277.181.541
2009	275.981.805	- 7.305.724	88.484.648	180.191.432
...	...	...	...	...
<b>Observações:</b> Os valores levantados pelo Siafi Gerencial incluem todos os recursos destacados a outras unidades.				

Fonte: Siafi Gerencial

### **Análise crítica**

- *A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela Unidade:* A Unidade observa e cumpre os aspectos legais para a inscrição em Restos a Pagar de valores limitados às disponibilidades de caixa, de forma a não transferir a despesa para o outro exercício sem a correspondente fonte de recursos.
- *Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2011, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício:* não houve impactos financeiros, visto que a maior demanda refere-se aos repasses para Unidade Gestora/SEMOB, com vistas ao pagamento dos contratos de repasse celebrados com a Caixa Econômica Federal, para as demandas das Sistemáticas SEMOB 2009 e 2010.
- *As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro:* Não houve demanda para que fosse providenciado o respectivo pagamento.
- *A existência, se houver, de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;*  
Não houve ocorrência no período.
- *Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP:* Não houve ocorrência no período.

## **5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE**

As informações sobre os recursos humanos do DENATRAN foram elaboradas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MCidades, e contemplam as seguintes perspectivas:

- a) composição do quadro de servidores ativos;
- b) composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- c) composição do quadro de estagiários;
- d) custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- e) locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
- f) indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

## 5.a. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>385</b>	<b>32</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
1.1 Membros de poder e agente políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	385	32	3	2
*1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	385**	24	1	2
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	1	0
***1.2.5 Empregados públicos	0	2	1	0
***1.2.6 Empregados públicos em exercício externo	0	3	0	0
<b>2. Servidores em Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>***3. Sem Vínculo</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>4. Total de servidores (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>9</b>	<b>6</b>

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 – CGRH/MCidades

### Observações:

\* Servidores efetivos (efetivos e requisitados, com função e sem função) foram enquadrados na tipologia 1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão

\*\* A quantidade de 385 refere-se à lotação autorizada para o Órgão.

\*\*\* Foram incluídas as tipologias:

1.2.5 - Empregados Públicos, para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007

1.2.6 - Empregados públicos em exercício externo

3 - Sem Vínculo

Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada Em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>5</b>
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2 Exercício de Função de Confiança	0
<b>1.3 Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)</b>	<b>5</b>



*1.3.1 Cedido a Procuradoria Federal (sem função)	1
*1.3.2 Cedido para ocupar GSISTE	4
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.3 Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1 De ofício, no interesse da Administração	0
3.2 A pedido, a critério da Administração	0
3.3 A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1 Doença em pessoa da família	1
4.2 Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2 Serviço Militar	0
5.3 Atividade Política	0
5.4 Interesse particulares	1
5.5 Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (§7º do art. 93 da Lei 8112/1990, art. 5º da Orientação Normativa MP nº 4/2008)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>6</b>

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 – CGRH/MCidades

**Observações:**

\* Foram incluídas as tipologias:

1.3.1 - Cedido a Procuradoria Federal(sem função)

1.3.2 - Cedido para ocupar GSISTE

Quadro a.5.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>19*</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	19	4	2
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	9	1	1
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
1.2.4 Sem vínculo	0	8	3	1
1.2.5 Aposentados	0	1	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>**3. Funções Comissionadas Técnicas</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
3.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
<b>4. Total de servidores em cargo e em função (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 – CGRH/MCidades

**Observações:**

\* A quantidade foi autorizada para a toda a unidade, independentemente da tipologia.

\*\* Foi incluída a tipologia: 3 - Funções comissionadas técnicas

Quadro a.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12

Tipologias do cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>2</b>
1.1 Membros de poder e agente políticos	0	0	0	0	0
*1.2. Servidores de carreira	7	7	3	9	0
1.3 Servidores em Contratos Temporários	1	1	0	0	0
**1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1	0
**1.5 Servidores Cedidos e em licença	2	4	0	0	0
**1.6 Empregados públicos	0	0	0	0	2

**1.7 Empregados públicos em exercício externo	0	0	0	3	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
2.1 Cargos de natureza especial	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	1	2	2	3	1
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>3</b>

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 – CGRH/MCidades

**Observações:**

\* Servidores efetivos (efetivos, requisitados e exercício descentralizado, com função e sem função) foram enquadrados na tipologia 1.2 - Servidores de carreira

\*\* Foram incluídas as tipologias:

1.4 - Servidores requisitados de outros órgãos e esferas

1.5 - Servidores Cedidos e em licença

1.6 - Empregados Públicos, para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007

1.7 - Empregados públicos em exercício externo

*Quadro a..5.5 - Quantidade de servidores da uj por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12*

Tipologias do cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1 Membros de poder e agente políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
*1.2. Servidores de carreira	0	0	0	0	5	16	3	2	0
1.3 Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0	0	2	0	0	0
**1.4 Servidores Cedidos e em licença	0	0	0	0	0	6	0	0	0
**1.5 Empregados públicos	0	0	0	0	0	2	0	0	0
**1.6 Empregados públicos em exercício externo	0	0	0	0	0	2	1	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Cargos de natureza especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0	1	6	3	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade** 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 – CGRH/MCidades

**Observações:**

\* Servidores efetivos (efetivos, requisitados e exercício descentralizado, com função e sem função) foram enquadrados na tipologia 1.2 - Servidores de carreira

- \*\* Foram incluídas as tipologias:  
 1.4 Servidores Cedidos e em licença  
 1.5 Empregados públicos  
 1.6 Empregados públicos em exercício externo

## 5.b. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-

Fonte: CGRH/MCidades

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	-	-
<b>3. Total (1+2)</b>	-	-

Fonte: CGRH/MCidades

## 5.c. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	2	4	4	22.263,98
1.1 Área Fim	2	2	4	4	22.263,98
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
2. Nível médio	2	2	3	5	9.823,87
2.1 Área Fim	2	2	3	5	9.823,87
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total	4	4	7	9	32.087,85

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 -- CGRH/MCidades

## 5.d. Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro a.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	1.245.912,26	31.891,20	97.098,87	44.922,27	75.683,36	16.031,77	72.411,16	0	0	1.583.950,89
	2010	1.099.520,54	26.301,82	126.935,97	60.784,04	0	9.735,00	184.363,64	0	0	1.507.641,01
	2009	1.005.544,05	26.301,84	113.701,28	37.699,93	0	585,00	107.361,74	0	0	1.291.193,84
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	245.377,99	0	14.920,00	4.576,55	14.187,80	0	0	0	0	279.062,34
	2010	355.046,66		25.990,00	12.378,58	0	384	21.939,81	0	0	415.739,05
	2009	251.065,00		21.177,50	0,00	0	130	9.373,31	0	0	281.745,81
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	126.796,61	0	22.826,57	7.294,80	23.316,62	3.519,00	0	0	0	183.753,60
	2010	143.814,36	0	18.511,40	3.246,08	0	0	0	0	0	165.571,84
	2009	42.702,30	0	3.387,74	852,66	0	0	0	0	0	46.942,70
<b>*Empregados Públicos</b>											

<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	181.583,62	0	11.832,75	2.058,98	6.922,00	3.730,00	0	0	0	206.127,35
	<b>2010</b>	77.552,81	0	4.468,71	1.489,57	0	688,00	0	0	0	84.199,09
	<b>2009</b>	60.519,25	0	5.358,24	0	0	0	0	0	0	65.877,49
<b>*Empregados Públicos em exercício externo</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	48.375,18	0	7.801,80	2.600,59	7.296,00	1.771,00	0	0	0	67.844,57
	<b>2010</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	<b>2009</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2010</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2009</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	628.721,83	273.514,73	87.806,28	23.657,93	122.466,40	8.692,00	48.480,96	0	0	1.193.340,13
	<b>2010</b>	699.232,85	256.748,33	77.501,39	32.338,92	65.910,00	3.427,00	62.344,49	0	0	1.197.502,98
	<b>2009</b>	740.457,00	240.191,70	81.720,73	32.806,13	57.963,76	0,00	36.651,57	0	0	1.189.790,89
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2010</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2009</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012 -- CGRH/MCidades

**Observações:**

\* Foram incluídas as tipologias "Servidores em exercício provisório" e "Empregados Públicos".

Nos anos de 2009 e 2010, os valores referentes ao auxílio alimentação, auxílio transporte, assistência pré-escolar e pagamento de diárias foram incluídos no campo "Demais despesas variáveis". Em 2011, os referidos valores estão no campo "Indenizações".

## 5.e. Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços

As informações a seguir foram elaboradas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos no âmbito do Ministério das Cidades e constam do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva/MCidades, inclusive os custos relacionados ao Denatran.

Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - Ministério das Cidades														
UG 560010							CNPJ: 05.465.986/0003-50							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	14	O	05/2009	02.843.359/0001-56	12/06/2009	11/06/2012	32	32						P
2010	6	O	13/2010	04.356.735/0001-03	24/05/2010	23/05/2012	17	17						P
2010	11	O	20/2010	02.843.359/0001-56	09/08/2010	08/08/2012	3	3						P
2010	7	O	25/2010	07.855.230/0001-26	13/10/2010	12/10/2012	25	25						P
2010	14	O	21/2010	11.232.115/0001-28	13/10/2010	12/10/2012	4	4						P
2011	14	O	14/2011	06.246.679/0001-80	15/07/2011	23/05/2012	3	3						A
2011	13	O	03/2011	06.090.065/0001-51	15/01/2012	14/01/2013	74	74	173	173				P

Fonte: CGLOG/MCidades

### Observações:

### LEGENDA

<b>Área:</b>	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.
1. Conservação e Limpeza;	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
2. Segurança;	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Vigilância;	<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Transportes;	
5. Informática;	
6. Copeiragem;	
7. Recepção;	
8. Reprografia;	
9. Telecomunicações;	
10. Manutenção de bens móveis	
11. Manutenção de bens imóveis	
12. Brigadistas	
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
14. Outras	

## 5.f. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

As informações a seguir foram elaboradas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos no âmbito do Ministério das Cidades e constam do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva/MCidades. Portanto, não há indicadores gerenciais sobre os recursos humanos que compõem a força de trabalho específica do Denatran.



### ▪ Absenteísmo

*Durante o exercício 2011, a Coordenação de Benefícios e Assistência ao Servidor/CGRH, fez o acompanhamento do número de atestados médicos recebidos desde 2010, com a finalidade de utilizar as informações como indicadores da satisfação e bem estar dos servidores, e, também como referências para estabelecer ações mais dirigidas. Observa-se que houve uma oscilação nos períodos onde condensam o maior número de atestados, mas é possível afirmar que no início e final de ano sempre há uma diminuição, sendo que o ponto crítico foi o mês de agosto, com cinquenta e duas ausências, conforme pode ser conferido no quadro abaixo:*

Quantitativo de Atestados entregues 2010/2011		
ANO	2010	2011
JANEIRO	23	39
FEVEREIRO	34	49
MARÇO	43	48
ABRIL	36	38
MAIO	52	26
JUNHO	50	34
JULHO	40	34
AGOSTO	30	52
SETEMBRO	40	48
OUTUBRO	44	39
NOVEMBRO	40	32
DEZEMBRO	35	18

Fonte: CGRH/Mcidades

*No que tange ao quantitativo de faltas não justificadas estas totalizam cento e quinze dias, sendo a ocorrência maior, em dezembro de 2011.*

### ▪ Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

*Não houve acidentes de trabalhos registrados no exercício de 2011. Quanto às doenças ocupacionais, não foi possível mensurar, uma vez que não foram realizados os exames periódicos e nem realizado a captação de servidores para os grupos relacionais, pela falta de recursos humanos e infraestrutura. Cabe destacar que no ano de 2011 foram realizadas atividades pelo Serviço de Atenção à Saúde do Servidor/COBEN/CGRH, com o intuito de diminuir o absenteísmo, fossem eles motivados por doenças ocupacionais ou não. Dentre as atividades realizadas, houveram as seguintes:*

- o **Dia da mulher**, que teve por objetivo proporcionar às servidoras e colaboradoras do MCidades acesso à serviços e informações que possibilitasse o aumento da auto estima, a assertividade e a auto valorização. Na ocasião, a equipe do Instituto Agilitá promoveu oficinas de auto maquiagem, com lotação máxima nas vagas oferecidas e, ainda, palestras;
- a **Campanha de Vacinação** do vírus da gripe H1N1, foi específica para mulheres grávidas, idosos (acima de 60 anos) e a equipe da saúde do Ministério. Ao todo, foram vacinadas 37 pessoas.

- ***I Jornada de Qualidade de Vida juntamente com II Circuito Saúde***, com o tema “Saúde do homem”. A novidade foi à presença do diagnóstico computadorizado, o Sistema E.S. Teck Complex, um sistema não invasivo de análise cruzada de 04 (quatro) tecnologias de biosensores que permite, em 20 (vinte) minutos, oferecer score de hemostase do organismo no qual se faz um monitoramento terapêutico com indícios de 12 tipos de patologias, proporcionando um diagnóstico de saúde inicial imediato a 43 pessoas, que foram atendidas. Houveram também palestras relativas ao tema “Saúde do Homem”, além de serviços de cuidados com a pele e auto-maquagem. A Secretaria de Saúde do DF foi parceira na vacinação, e trouxe as seguintes vacinas: hepatite B, antimalárica, tríplice viral/dupla, influenza; 336 servidores/colaboradores foram vacinados.
- o ***Dia do Coração*** foi celebrado com uma palestra proferida pelo cardiologista **Dr. Geniberto Paiva Campos**, ocorrendo, simultaneamente, a realização de eletrocardiograma digital, tendo sido, os diagnósticos, entregues aos servidores/colaboradores de imediato.
- o ***Dia do Servidor Público***, no qual foi disponibilizado, para os servidores e colaboradores do MCidades, os serviços do Passaporte Saúde do SESC, onde foram realizados exames clínicos para diagnóstico de diabetes, obesidade e hipertensão, com avaliação física e orientação nutricional. Nos 37 (trinta e sete) dias em que a Unidade móvel permaneceu à disposição do MCidades, foram realizados 198 (cento e noventa e oito) exames clínicos. Em continuidade a esta ação, a Unidade móvel de saúde do SESC retornará ao Ministério para acompanhamento das instruções passadas aos atendidos, no primeiro semestre de 2012.

Pode-se observar, comparando-se ao exercício de 2010, que teve uma participação maior dos servidores e colaboradores nas atividades promovidas pelo Serviço de Atenção à Saúde do Servidor/COBEN/CGRH. Atuação da SASS

▪ **Rotatividade (turnover);**

No tocante a rotatividade esta é considerada baixa, comparando-se ao exercício de 2010, tendo ocorrido no exercício de 2011, 06 (seis) inclusões e 22 (vinte e duas) exclusões de servidores/empregados/contratados temporários.

▪ **Educação Continuada**

O critério utilizado para a análise do alcance das metas foi o número de servidores capacitados em ao menos um evento de capacitação durante o período de vigência do Plano Anual de Capacitação – 2011 confirmar. Nesse sentido, ao analisar os dados do quadro abaixo, verifica-se que do ponto de vista numérico, a execução da meta foi de 90,14% em relação ao previsto no SIGPLAN, que era de 345 servidores capacitados no exercício. Porém, quando verificamos a relação de unidades com servidores capacitados, observamos que a Assessoria Especial de Controle Interno, Assessoria de Relações Internacionais e Secretaria do Conselho das Cidades são as unidades que não tiveram servidores participando de eventos de capacitação no período de vigência do Plano Anual de Capacitação – 2011, situação que merece especial atenção no próximo ano.

Quadro a.5.11 - Quadro Demonstrativo - Número de Servidores Capacitados em 2011

Unidades	N.º de Servidores Lotados na Unidade	N.º de Servidores Capacitados na Unidade	N.º de Participações de Servidores em	% de servidores capacitados em relação ao n.º de
----------	--------------------------------------	--	---------------------------------------	--

			<b>Ações de Capacitação por Unidade</b>	<b>serv.lotados</b>
AECI	2	0	0	0%
ASCOM	14	3	3	21%
CONJUR	11	3	4	27%
SE	36	17	30	47%
SPOA-Gab	4	1	3	25%
CGLOG	117	29	63	24%
CGMI	25	7	9	28%
CGOF	17	11	19	64%
CGPLAN	6	4	8	66%
CGRH	23	18	31	78%
DENATRAN	40	15	18	37%
SNH	104	49	117	47%
SNSA	110	67	239	60%
SNAPU	42	18	45	42%
SNTMU	47	30	60	63%
ASPAR	8	1	2	12%
SECONCID	4	0	0	0%
ARI	1	0	0	0%
GAB	10	4	9	40%
<b>TOTAL</b>	<b>621</b>	<b>277 (*)</b>	<b>660</b>	
<b>Observação:</b>	(*) N° de servidores excluindo os contratos temporários ,e servidores de outros Órgãos que participaram como ouvintes, perfazendo um total de 311 servidores capacitados			

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA

*A população analisada compreendeu um total de 311 servidores capacitados no período de vigência do Plano Anual de Capacitação – 2011 compreendido entre janeiro a dezembro de 2011. Cabe destacar que somente são alvo das ações de capacitação que envolvem recursos, os servidores com os seguintes vínculos: servidores ativos permanente, servidores ativos cedidos de outros órgãos, empregados públicos, servidores em exercício descentralizado, servidores em cargos em comissão.*

*Em relação à meta financeira, vale demonstrar a arquitetura de concepção do Plano Anual de Capacitação – 2011. Com o objetivo de transformar as necessidades de melhorias em ações de capacitação, adotou-se a estrutura de seis programas, que apresentamos a seguir com seus respectivos índices de execução, respectivamente, em relação à verba executada no exercício, são eles: Programa de Desenvolvimento Urbano-PDU (5,5%); Programa de Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria-PLO (37,09%); Programa de Gestão da Melhoria dos Processos-PMP (27,49%), Programa de Gestão da Informação e Comunicação-PIC (7,2%), Programa de Desenvolvimento Tecnológico-PDT (13,6%) e Programa de Gestão de Pessoas-PGP (9,5%).*

Quadro a.5.12 – Quadro Comparativo

<b>QUADRO COMPARATIVO</b>			
<b>NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS /Nº DE PARTICIPAÇÕES DE SERVIDORES</b>			
<b>POR UNIDADE-TRIÊNIO 2009 -2010 e 2011</b>			
	<b>Servidores capacitados em 2009</b>	<b>Servidores capacitados em 2010</b>	<b>Servidores capacitados em 2011</b>

<i>Unidades</i>	<i>Servidores por unidades</i>	<i>Nº de Participações de Servidores por unidade</i>	<i>Servidores por unidades</i>	<i>Nº de Participações de Servidores por unidade</i>	<i>Servidores por unidades</i>	<i>Nº de Participações de Servidores por unidade</i>
<i>AECI</i>	2	2	3	7	0	0
<i>ASCOM</i>	8	14	7	11	3	3
<i>CONJUR</i>	2	2	1	1	3	4
<i>SE</i>	7	8	13	21	17	30
<i>SPOA-Gab</i>	1	1	3	3	1	3
<i>CGLOG</i>	1	7	27	42	29	63
<i>CGMI</i>	7	7	10	25	7	9
<i>CGOF</i>	7	8	10	17	11	19
<i>CGPLAN</i>	0	0	3	4	4	8
<i>CGRH</i>	7	10	20	36	18	31
<i>DENATRAN</i>	17	23	14	22	15	18
<i>SNH</i>	33	49	55	127	49	117
<i>SNSA</i>	23	24	63	154	67	239
<i>SNAPU</i>	11	15	29	61	18	45
<i>SNTMU</i>	34	76	28	87	30	60
<i>ASPAR</i>	0	0	2	3	1	2
<i>SECONCID</i>	2	2	4	4	0	0
<i>ARI</i>	0	0	0	0	0	0
<i>GAB</i>	5	11	4	4	4	9
<b>TOTAL</b>	<b>167 (*)</b>	<b>259</b>	<b>296 (*)</b>	<b>629</b>	<b>277 (*)</b>	<b>660</b>
<b>Observação:</b>	(*) Nº de servidores excluindo os contratos temporários, e servidores de outros Órgãos que participaram como ouvintes, perfazendo um total de 311 servidores capacitados					
<i>Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA</i>						

*Em linhas gerais, pode-se afirmar que os resultados alcançados pelo Plano Anual de Capacitação-2011 são extremamente positivos. Cabe ressaltar, no entanto, alguns aspectos que contribuem tanto para o sucesso, quanto para o malogro das ações de capacitação no âmbito do Ministério das Cidades, a saber:*

*a) Aspectos restritivos- O principal aspecto que deve ser considerado nesse sentido são os contingenciamentos de recursos que ocorreram nos três exercícios e que interferiram profundamente no planejamento e efetivação das ações, pois, alguns eventos requerem uma programação junto às unidades demandantes, o que resta prejudicado quando não há uma definição dos recursos que poderão ser utilizados em cada ação.*

*b) Aspectos impulsionadores - O principal aspecto motivador para a continuidade das ações previstas no Plano de Capacitação refere-se à expectativa de atendimento das necessidades de capacitação elencadas pelas unidades deste Ministério. Cabe observar que o MCidades é uma pasta que tem ganho relevo nas ações do Governo Federal e que o crescimento e a qualificação do seu quadro de pessoal é uma condição indispensável para a efetivação dos serviços esperados e das metas previstas no Plano Plurianual.*

**▪ Disciplina**

*No tocante aos procedimentos disciplinares, no ano passado, houveram 10 (dez) comissões de sindicâncias investigativas e 02 (dois) processos administrativos disciplinares,*

uma crescente, se comparado ao exercício de 2010 que teve 02 (duas) comissões de sindicâncias investigativas e 02 (dois) processos administrativos disciplinares.

▪ **Aposentadoria versus reposição do quadro**

No ano de 2011, o MCidades contava com dois servidores aposentados por invalidez, sendo que um teve sua aposentadoria revertida em 07 de outubro de 2011. Não houve a reposição no quadro de pessoal desses servidores, embora, desde 2008 e anos subseqüentes, o MCidades tenha solicitado ao órgão central a realização de concurso público sem obter êxito até o presente momento.

## 5.g. Informações Consideradas Relevantes

### Necessidade de Recursos Humanos para o Denatran

Em 22 de outubro de 2010, o Denatran elaborou a Nota Técnica nº 142/2010/CGPO/DENATRAN, demonstrando a necessidade premente e imediata de pessoal para atuar em suas diversas áreas. Em razão do aumento exponencial do volume de trabalho, a construção e implementação de projetos que atendam de forma mais efetiva a PNT, além de novos projetos, vêm sendo prejudicada ou realizada de maneira insatisfatória.

Ocorre que, até a presente data, não houve qualquer manifestação das áreas responsáveis por atender essa demanda, motivo pelo qual essa solicitação será reiterada no exercício de 2012.

Para melhor entendimento e visando fornecer informações complementares, seguem abaixo alguns quadros que constam da mencionada nota técnica.

Tabela XI - Quantidade de trabalho do Denatran

Trabalho	2007	2008	2009	2010	2011*
Processo	35.000	35.000	38.000	49.000	20.902
Documento	1.200	1.500	3.300	5.000	11.019
Ordem Judicial	2.300	2.251	4.445	2.379	110
Acesso Renavam	252.510.607	235.447.438	260.118.211	207.541.134	338.981.485
Acesso Renach	105.487.846	130.120.337	226.120.717	197.170.506	295.417.001
CAT	4.241	4.373	5.552	4.652	4.989
ITL Credenciam.	204	52	48	64	322
ITL Fiscalização	-	75	108	1	279
ECV Credenciam.	-	-	848	900	601
ECV Fiscalização	-	-	-	69	2.184
Curso	26	84	115	100	2
Capacitado	938	4.130	6.749	6.500	2.000
Campanha	3	12	22	5	4
Seminário	1	1	-	-	0
Reunião	110	136	108	95	166

Municipalização	67	51	19	69	102
Portaria Denatran	273	133	690	708	1.132
Resolução Contran	44	40	32	20	24
Contrato+Aditivo	8	8	7	8	3
Convênio+Aditivo	4	1	0	0	0
Acordo+Aditivo	4	3	4	3	1
Documento de Execução Orçamentária **	813	1.127	2.854	2.567	1.872
Recurso de Multa	2.264	2.987	2.331	1.783	2.615
Análise Jurídica Processual	835	1.521	1.867	2.552	5.862

\* Processo, Documento, Ordem Judicial, Recurso de Multa de 2011: dados extraídos do sistema Controle de Processo e Documento-CPROD

\*\* Incluem: Notas de Crédito, Notas de Empenho, Ordens Bancárias, Notas de Programação Financeira e outros documentos emitidos no SIAFI.

O quadro 2 abaixo, está representado o quantitativo de pessoal ocupante de cargo efetivo (concurado) no Denatran:

*Tabela XII - Quantitativo de pessoal – cargo efetivo concursado – do Denatran*

<b>Cargo</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Agente Administrativo	8	8	7	7	8	6
Analista de Infraestrutura	-	-	7	7	7	6
Especialista em Infraestrutura	-	-	-	1	1	1
Analista Técnico Adm.	-	-	-	-	-	
Assistente Técnico Adm.	-	-	-	-	-	
Administrador	3	3	3	2	2	2
Contador	1	1	1	-	-	
Economista	4	3	3	3	3	2
Engenheiro	5	5	5	4	3	2
Estatístico	-	-	-	-	-	
Jornalista	-	-	-	-	-	
Pedagogo	5	4	3	3	3	1
Psicólogo	-	-	-	-	-	
Temporários	-	-	-	8	5	2
Anistiados	-	-	-	2	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>29</b>	<b>37</b>	<b>33</b>	<b>24</b>

- Dados até dezembro/2011

*Tabela XIII - Evolução da frota nacional e do cadastro nacional de condutores habilitados*

<b>Cadastro</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Frota nacional*	45.372.640	49.644.025	54.506.661	59.361.642	64.817.974	70.543.535

Condutores habilitados*	37.592.587	40.111.540	42.656.258	45.360.539	54.725.140	57.477.778
-------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

\* Dados até dezembro/2011

*Tabela XIV - Resumo da Necessidade de Pessoal*

<b>Cargo</b>	<b>Atual</b>	<b>Necessário</b>
Agente Administrativo	6	8
Analista de Infraestrutura	6	12
Especialista em Infraestrutura	1	1
Analista Técnico Administrativo	-	30
Analista de Tecnologia da Informação	-	11
Assistente Técnico Administrativo	-	36
Administrador	2	2
Arquiteto	-	1
Contador	-	1
Economista	2	4
Engenheiro	2	12
Estatístico	-	2
Jornalista	-	2
Pedagogo	1	6
Psicólogo	-	2
Temporários	2	5
Anistiados	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>136</b>

Os dados acima demonstram que a maior dificuldade enfrentada pelo Denatran não está na limitação orçamentária e financeira, mas na insuficiência de servidores habilitados em sua estrutura organizacional, conforme mencionado no Memorando nº 79/2012/CGPO/DENATRAN (Proc.80000.009494/2012-13).

## **6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011**

Os Quadros A.6.1 a A.6.5 a seguir, apresentam as informações sobre transferência de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2011.

## 6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN									
CNPJ: 05.465.986/0001-99			UG/GESTÃO: 200320/00001						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	Contrato nº 01/2009	Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO	249.026.057,82	-	81.083.061,89	141.093.435,44	26/11/2009	25/11/2010	A
	1º Termo Aditivo						26/11/2010	25/11/2011	C
	2º Termo Aditivo						26/11/2011	25/11/2012	A
2	Contrato nº 01/2011	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	28.920.000,00	-	-	-	28/11/2011	27/11/2012	A
2	Contrato nº 07/2007	Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun	3.690.480,00	-	76.800,00	3.613.680,00	21/12/2007		A
	1º Termo Aditivo						26/07/2009	25/01/2011	C
	2º Termo Aditivo						26/01/2011	25/01/2012	C
	3º Termo Aditivo						25/01/2012	24/12/2012	A
	4º Termo Aditivo								



<b>LEGENDA</b>							
<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>						
1 - Convênio	1 – Adimplente						
2 - Contrato de Repasse	2 – Inadimplente						
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Compromisso	4 – Concluído						
	5 – Excluído						
	6 – Rescindido						
	7 – Arquivado						

Fonte: Siafi

## 6.2. Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

*Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios*

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Departamento Nacional de Trânsito- DENATRAN					
<b>CNPJ:</b>	05.465.986/0001-99					
<b>UG/GESTÃO:</b>	200320/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</b>			<b>Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Convênio</b>	0	1	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 956.800,00
<b>Contrato de Repasse</b>	3	2	3	R\$ 81.159.861,89	R\$ 49.998.153,68	R\$ 91.095.281,76
<b>Termo de Cooperação</b>	1	1	1	R\$ 0,00	R\$ 6.192.022,35	R\$ 24.880,00
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Totais</b>	4	4	5	R\$ 81.159.861,89	R\$ 56.190.176,03	R\$ 92.076.961,76

Fonte: Siafi

### 6.3. Instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento Nacional de Trânsito- DENATRAN					
CNPJ: 05.465.986/0001-99				UG/GESTÃO: 200320/00001	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%
Contrato de Repasse	3	R\$ 281.636.537,82	R\$ 225.866.977,33	R\$ 55.769.560,49	80%
Termo de Cooperação	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%
Termo de Compromisso	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 281.636.537,82</b>	<b>R\$ 225.866.977,33</b>	<b>R\$ 55.769.560,49</b>	<b>80%</b>

Fonte: Siafi

### 6.4. Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Departamento Nacional de Trânsito- DENATRAN					
CNPJ: 05.465.986/0001-99				UG/GESTÃO: 200320/00001	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Siafi

## 6.5. Análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento Nacional de Trânsito- DENATRAN					
CNPJ: 05.465.986/0001-99			UG/GESTÃO: 200320/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		

	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Montante repassado (R\$)					
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
			Quantidade Reprovada				
			Quantidade de TCE				
		Contas NÃO analisadas	Quantidade				
Montante repassado (R\$)							
<b>2010</b>	Quantidade de contas prestadas						
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada					
		Quantidade Reprovada					
		Quantidade de TCE					
	Contas NÃO analisadas	Quantidade					
Montante repassado (R\$)							
<b>2009</b>	Quantidade de contas prestadas						
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada					
		Quantidade Reprovada					
		Quantidade de TCE					
	Contas NÃO analisadas	Quantidade					
Montante repassado							
<b>Exercícios anteriores a 2009</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade					
		Montante repassado					

Fonte: Siafi

## **7. DECLARAÇÃO DE REGISTROS DISPONÍVEIS E ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV**



### **MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO**

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, **JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE**, CPF nº 773.097.667-68, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN, nomeado pela Portaria nº 1.370, de 31/08/2011, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a Contratos e Termos de Parceria firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria-SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2009 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que não houve registro, execução e acompanhamento de Convênio no SICONV, por não ter sido celebrado esse instrumento no exercício de 2011. Além disso, não houve convênio vigente ou qualquer pendência que demandasse registro no sistema.

Brasília, 30 de março de 2012.

(original assinado, em poder da Unidade)

**JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE**

Diretor

## 8. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

O Quadro a seguir demonstra o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas por autoridades, servidores e empregados públicos lotados e em exercício no Denatran.

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
		Quantidade		
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4	1	22
	Entregaram a DBR	4	1	22
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE

### 9.1. Estrutura de controles internos da unidade

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

### **Considerações gerais:**

Esta Avaliação demonstra a percepção do gestor em relação aos itens de controle administrativo (controle primário) da Unidade, levando-se em conta todas as dificuldades apresentadas neste Relatório, especialmente a insuficiência de servidores qualificados para o desempenho das competências atribuídas pelo Art. 19 do CTB.

Há que se considerar ainda que o código de ética e conduta obedecido pelos integrantes da Unidade é aquele estabelecido pelo Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Em relação aos objetivos e metas, foram considerados aqueles formalizados no Plano Plurianual.

Destaca-se ainda que o histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade pode ser demonstrado por meio dos processos administrativos ou de sindicância, porventura existentes.

As áreas envolvidas nesta Avaliação foram: Gabinete do Diretor e Coordenação-Geral de Planejamento Operacional.

Conclui-se que a suficiência dos controles internos da Unidade, para garantir segurança e confiabilidade, necessita de uma estrutura –organizacional, física, material e de pessoal- adequada e coerente com suas competências e atribuições nos diversos níveis, que possa promover ambiente favorável ao aprimoramento de seus processos.

### **LEGENDA**

#### **Níveis de Avaliação:**

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## **10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **10.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis**

Não se aplica à natureza jurídica da unidade, uma vez que todos os procedimentos licitatórios destinados a atender o DENATRAN/FUNSET, são realizados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Secretaria Executiva, em cujo relatório serão apresentadas as informações requeridas.

## **11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

### **11.1. Gestão de bens imóveis de uso especial**

Não se aplica à natureza jurídica da unidade.

### **11.2 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros**

Trata-se de bem imóvel de terceiros, locado sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGRLOG/SE/MCidades, em cujo relatório serão apresentadas as informações solicitadas.

Nesse imóvel, o Denatran/Funset ocupa salas distribuídas na forma abaixo e, na forma de rateio, repassa recursos para pagamento de sua locação e manutenção na proporção de **10,45%**:



- a) 3º andar: Coordenação-Geral de Planejamento Operacional-CGPO;
- b) 4º andar: Coordenação-Geral de Informatização e Estatística-CGIE;
- c) 5º andar (ocupa todo o andar): Gabinete do Diretor; Assessorias; apoio Técnico ao CONTRAN e suas Câmaras Temáticas; Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito-CGQFHT; Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico-CGPNE; Coordenação-Geral de Infraestrutura de Trânsito-CGIT;
- d) 13º andar: Coordenação-Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização-CGLJF;
- e) 4º Subsolo (parcial): Arquivo da Unidade.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	SAUS quadra 1, lote 1/6, bloco "H" Ed. Telemundi II, CEP: 70070-010	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
EXTERIOR	PAÍS 1	não se aplica	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: CGLOG/MCidades, março de 2011.

## 12 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UNIDADE

O quadro a seguir apresenta informações sobre gestão de tecnologia da informação (TI) da Unidade, contemplando os seguintes aspectos: planejamento da área; perfil dos recursos humanos envolvidos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>		X			
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.		2			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				

<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Todo serviço de TI, projeto, desenvolvimento, sustentação, produção e segurança é efetuado pelo SERPRO, no ambiente do SERPRO. O DENATRAN não dispõe de servidores com formação ou dedicação para a área de TI. O conhecimento não está internalizado de modo estruturado, encontra-se concentrado nos servidores que atuam em cada área de negócio, no entanto encontra-se devidamente documentado pelo SERPRO e disponível ao DENATRAN, o que minimiza os riscos de descontinuidade.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

O DENATRAN integra a estrutura do Ministério das Cidades e por esta razão sua política de TI está integrada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI deste ministério, inclusive aquelas afetas ao Programa 0660.

Os serviços de TI são prestados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados do Governo Federal – SERPRO, através de contrato firmado com o DENATRAN, e ainda, pelo Ministério das Cidades por meio de sua Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI.

O SERPRO é responsável pelos serviços de desenvolvimento, sustentação, processamento, armazenamento e suporte aos principais sistemas do DENATRAN, dos quais destacamos os mais significativos:

1- RENAAM: contém todas as informações do veículo, as informações de seus proprietários ou possuidores, destinação de uso, restrições judiciais, fazendárias, financeiras e outras. Constitui instrumento que sustenta os processos de fiscalização pelos Órgãos Executivos de Transito, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, DETRANs e outros órgãos públicos Federais, dentre eles Polícia Federal, AGU, PGR, TCU, CNJ, ANTT e outros. O RENAAM integra-se aos demais sistemas do DENATRAN;

2- RENACH: registra todo processo de habilitação dos candidatos a condutores no Brasil e ainda as conversões de habilitações obtidas fora do país. A realização dos cursos de

formação, dos exames físico e psicológico, as infrações cometidas pelo condutor, incluindo a perda da sua autorização para conduzir veículos, estão armazenadas no RENACH, acompanhando não apenas os aspectos de capacitação e atualização dos condutores mas a manutenção ou não de sua habilitação em razão dos riscos que possa oferecer a segurança do trânsito;

3- RENAINF/INFRAEST- O RENAINF registra as infrações de trânsito cometidas em localidade diferente daquela de registro do veículo, enquanto o INFRAEST registra as demais infrações. Esta base de dados está integrada ao RENAVAL e visa acompanhar as infrações de trânsito cometidas, permite indicadores sobre os recursos do FUNSET e, mais importante, permite a análise qualitativa e quantitativa dessas infrações, necessária ao planejamento das ações de segurança e educação no trânsito;

4- SISCSV e SISECV- O primeiro gerencia os processos de Inspeção Veicular e provê os instrumentos necessário à CGIT para fiscalização e acompanhamento da regularidade dos processos de Inspeção. O segundo, SISECV, gerencia os processos de Vistoria veicular, executado quando da transferência de propriedade. Os dois sistemas visam coibir a comercialização de veículos oriundos de furto ou que não apresentem condições seguras para sua circulação. Este sistema é integrado ao RENAVAL;

5- RENAVAL- Fruto de acordo com o Conselho Nacional de justiça possibilita ao judiciário o registro de restrições nos veículos diretamente no sistema RENAVAL, em geral busca e apreensão de veículos em razão de dívidas ou envolvimento com ações ilícitas. O sistema possibilita tramitação mais rápida das informações possibilitando aos policiais e agentes de trânsito a identificação destes veículos com maior eficácia;

6- RECALL- Este sistema foi criado em colaboração com o Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça para gerenciamento do chamamento e do atendimento das campanhas de RECALL sobre veículos que possam de alguma forma conter falhas em seus componentes que coloquem em risco a segurança de seus condutores e de terceiros;

7- SINIAV: trata-se da implantação do Sistema de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) baseado em tecnologia de identificação por rádio-frequência, nos veículos novos e usados em todo o território nacional, por meio da placa de identificação veicular eletrônica (PIVE).

8- SIMRAV: instituído pela Resolução CONTRAN nº 245/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a instalação de dispositivo antifurto obrigatório, nos veículos novos, com as funções de bloqueio autônomo e bloqueio remoto (obrigatórias) e de localização (opcional).

Os sistemas acima descritos são interligados e possibilitam, no conjunto, além das funcionalidades descritas, a geração de informações necessárias ao planejamento das políticas de segurança e educação no trânsito. Cabe destacar que, sem prejuízo de suas atribuições principais voltadas ao trânsito, subsidia ainda outros órgãos públicos nos processos de sua competência, alguns já citados.

O Denatran conta ainda com a estrutura de TI do Ministério das Cidades, sob responsabilidade da CGMI, que consiste principalmente no provimento da infraestrutura e segurança de TI necessária ao funcionamento operacional do DENATRAN.

A infraestrutura de rede para transmissão de dados, Internet, Correio Eletrônico e a segurança das informações que circulam na rede ou estejam armazenadas no DENATRAN são

providas pela estrutura do Ministério das Cidades. Licenças, equipamentos, manutenção e suporte destes serviços são igualmente providas na estrutura do ministério.

### 13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência, pois não foram realizados, no âmbito do Denatran/Funset, gastos com cartão corporativo nem na modalidade fatura, nem na modalidade saque.

### 14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da unidade.

### 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

#### 15.1 deliberações do TCU atendidas no exercício

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

#### 15.2 deliberações do tcu pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO					000333
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-005.624/2011-8	3130/2011-TCU - Plenário	9.3 9.4	RE	Aviso nº 1765-Seses-TCU-Plenário, de 30/11/2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN					000333
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3 com fundamento no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal c/c o art. 45, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, assinar o prazo de 60 (sessenta) dias para que o DENATRAN, se ainda não o fez, adote medidas necessárias para o exato cumprimento do que estabelece o do art. 78, parágrafo único, da Lei nº 9.503/97, informando-as ao Tribunal por intermédio da 6ª Secretaria de Controle Externo;</p> <p>9.4. alertar ao DENATRAN que o descumprimento de decisão deste Tribunal, sem causa justificada, autoriza a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92;</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN	000333
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
A Sessão Ordinária foi realizada em 30/11/2011 e a Unidade recebeu o Aviso nº 1765-Seses-TCU-Plenário, de 30/11/2011 já no me de dezembro, não restando prazo hábil para providências até 31/12/2011.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Exiguidade do prazo para resposta e providências até 31/12/2011.	

Obs.: Determinação (DE); Recomendação (RE); Diligência (DI); Cientificação (CI)

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	014.965/2008-1	6383/2009-TCU-1ª Câmara	1.5	DE	Ofício nº 1408/2009-TCU/SECEX-6
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN					<b>000333</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>1.5. Determinar ao DENATRAN que informe, no próximo relatório de gestão, as medidas que estão sendo adotadas para a implementação de sistema para recebimento das prestações de contas do Funset e o cronograma relativo aos serviços a serem desenvolvidos pelo Serpro, com vistas ao atendimento do subitem 9.1.1 do Acórdão nº 353/2006-Plenário, bem como as ações promovidas para atender ao disposto no subitem 9.1.2 do citado acórdão;</p> <p>Acórdão TCU nº 353/2006-Plenário:  9.1.1. implemente mecanismos efetivos de controle sobre o repasse de 5% do valor total da arrecadação das multas de trânsito de competência da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-Funset, em cumprimento ao art. 19, inc. XII, do Código de Trânsito Brasileiro;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DENATRAN/Coordenação-Geral de Planejamento Operacional-CGPO					<b>000333</b>
<b>A justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
O sistema FUNSETNet não entrou em funcionamento na data prevista – julho de 2011 – em razão da existência de pendências que não foram finalizadas para implementação. Além disso, houve necessidade de ajustes nas suas funcionalidades para a devida homologação pelo SERPRO.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
O cronograma do projeto FunsetNet possui 4 Fases: Concepção, Planejamento, Elaboração (com 3 iterações) e Construção (com 3 iterações). Foram realizadas reuniões para discutir as iterações (fases/etapas) do cronograma de implementação do FunsetNet, na Fase de <b>Elaboração e Construção</b> . Em 2011, na Elaboração, foi concluída a 2ª iteração e a 3ª está prevista para ser concluída até dez de 2012.					

Obs.: Determinação (DE); Recomendação (RE); Diligência (DI); Cientificação (CI)

### 15.3 recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

#### 15.4 recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

### 16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

#### 16.1 recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

#### 16.2 recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendentes de atendimento

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

### 17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE

a) não houve procedimentos disciplinares (procedimentos administrativos, sindicâncias investigativas, sindicâncias acusatórias e sindicâncias patrimoniais) julgados no DENATRAN;

b) encontra-se pendente de instauração de Comissão de Sindicância Investigativa, o Processo 80000.030583/2009-89 – Desaparecimento de Notebook, ressaltando que já foram adotadas as providências necessárias quanto à indicação de servidores para compor a referida Comissão;

c) servidor que atuou em procedimentos disciplinares no último ano:

Nome	Matrícula SIAPE	Cargo Efetivo	Cargo/Função Comissinada	Procedimento que atuou
Carlos Magno da Silva Oliveira	1522506	Administrador	DAS 101.1	80000.003310/2004-57 80000.030583/2009-89

d) em 20/12/2011 a CGU publicou no Diário Oficial da União –DOU, a Portaria nº 2.663, de 19/12/2011, republicada em 21/12/2011, designando servidores daquele órgão para realizarem, no período de 20 de dezembro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012, **auditoria especial** nos processos de credenciamento de empresas de vistoria e inspeção veicular, no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e, se necessário, em outros órgãos ou entidades com atribuições relacionadas à matéria. Em 29/02/2012, o prazo foi prorrogado por 60 dias, nos termos da Portaria nº 433, publicada em 02/03/2012. Esta Unidade atende, prontamente, todas as Solicitações de Auditoria apresentando as informações requeridas.

e) o Ministro das Cidades constituiu Comissão de Sindicância Investigativa para apurar as responsabilidades dos fatos descritos no Processo nº 80020.000794/2011-73, conforme consta na DECLARAÇÃO emitida pela Coordenadora-Geral de Recursos Humanos, datada de 30/03/2012. A essa Comissão foi concedido prazo de 30 dias a contar do dia 27/12/2011, data de sua publicação no

Boletim de Pessoal e Serviço nº 12-H-Edição Especial. Esse prazo foi prorrogado por 30 dias pela Portaria nº 30, de 25/01/2012, publicada em 26/01/2012 no Boletim de Pessoal e Serviço nº 01-E-Edição Especial. Essa Comissão foi reconduzida para ultimar os trabalhos no prazo de 30 dias, conforme Portaria nº 94, de 24/02/2012, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 020D-Edição Especial.



**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

*Secretaria-Executiva*

*Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração*

*Coordenação-Geral de Recursos Humanos*

**SAUS Qd. 01 Bloco H Ed. Telemundi II 10º andar**

**Tel: (061) 2108-1246 – Fax: (61) 3226-5937 – [cgrh@cidades.gov.br](mailto:cgrh@cidades.gov.br)**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de comprovação junto ao processo de tomada de contas anual, exercício/2011, que no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito da Secretaria Executiva, foi instaurado o Processo de Sindicância para apurar os fatos descritos no Processo nº 80020.000794/2011-73, referente a este Departamento.

Brasília, 30 de março de 2012.

(original assinado, em poder da Unidade)

**Edna da Silva Amorim**

Coordenadora-Geral de Recursos Humanos



**f) Evolução das receitas e despesas, a partir da implantação do Código de Trânsito Brasileiro-CTB:**

A tabela abaixo demonstra a receita arrecadada com o percentual de 5% das multas de trânsito, as receitas provenientes da Certificação de Adequação à Legislação de Trânsito-CAT, Instituição Técnica Licenciada-ITL, Registro Nacional de Infrações de Trânsito-RENAINF e Contratos de Receita), que compõem o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET.

*Tabela XV - Evolução das receitas do Funset e Denatran*

<b>DENATRAN + FUNSET</b>						
<b>Exercício</b>	<b>Valor Arrecadado</b>		<b>Orçamento Aprovado</b>	<b>Orçamento Contingenciado</b>	<b>Orçamento Disponível (Limite orçamentário)</b>	<b>Valor Executado</b>
	<b>FUNSET</b>	<b>DENATRAN</b>				
<b>1998</b>	4.609.341,34	0,00	47.700.000,00	0,00	47.700.000,00	0,00
<b>1999</b>	19.322.774,49	2.394.253,30	50.938.050,00	27.400.000,00	23.538.050,00	21.713.200,88
<b>2000</b>	37.429.121,85	4.617.789,36	66.482.008,00	0,00	66.482.008,00	41.435.297,00
<b>2001</b>	55.410.942,37	5.178.319,20	71.193.453,00	5.100.000,00	66.093.453,00	46.989.702,00
<b>2002</b>	75.551.070,67	9.791.091,31	83.767.689,00	30.047.860,00	53.719.829,00	48.558.650,00
<b>2003</b>	82.649.967,84	17.195.956,57	74.706.994,00	36.240.279,00	38.466.715,00	38.389.223,00
<b>2004</b>	97.061.575,83	21.380.625,99	70.213.761,00	20.955.000,00	49.258.761,00	43.143.964,32
<b>2005</b>	111.215.803,99	21.814.460,25	64.473.562,00	4.105.045,00	60.368.517,00	52.535.823,45
<b>2006</b>	139.405.471,88	25.509.884,00	76.673.562,00	13.435.122,54	63.238.439,46	63.047.503,88
<b>2007</b>	150.105.345,18	34.835.907,99	87.826.000,00	0,00	87.826.000,00	85.917.323,00
<b>2008</b>	170.591.201,41	36.802.783,76	206.817.060,00	116.707.058,00	90.110.002,00	86.112.716,06
<b>2009</b>	213.037.891,38	71.061.720,50	281.750.000,00	43.301.902,68	238.448.097,32	238.416.714,02
<b>2010</b>	247.561.293,04	96.431.660,12	237.523.002,00	135.690.251,63	101.832.750,37	101.762.750,37
<b>2011</b>	320.137.456,34	89.344.344,88	158.613.353,00	27.471.030,55	131.142.322,45	131.142.322,45
<b>TOTAL</b>	<b>1.724.089.257,61</b>	<b>436.358.797,23</b>	<b>1.578.678.494,00</b>	<b>460.453.549,40</b>	<b>1.118.224.944,60</b>	<b>999.165.190,43</b>

No orçamento aprovado de 2007 considera-se o crédito suplementar de R\$ 7.400.000,00 e o extraordinário de R\$ 22.926.000,00

No orçamento aprovado de 2008 considera-se o crédito suplementar de R\$ 102.707.058,00 para o qual não foi disponibilizado limite orçamentário.

No orçamento aprovado de 2009/2010 estão excluídos os valores aprovados na Fonte 0100 do Tesouro Nacional.

No orçamento aprovado de 2010 houve o cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 6.796.700,00 (Funset).

No orçamento aprovado de 2011 houve Redução em algumas ações para Suplementação em outras, sem alterar o valor total. Além disso, houve suplementação de R\$ 4.000.000,00 da Reserva de Contingência, para a ação de publicidade (campanhas educativas). Houve contingenciamento de 15%, liberado ao final do exercício.

Por meio da análise dos dados apresentados no quadro acima, pode-se observar que houve uma gradual elevação da receita do FUNSET ao longo dos anos, com significativo aumento no volume da receita a partir do ano de 2009, em relação ao período anterior. No exercício de 2011, devido às limitações orçamentárias e a destinação de valores à Reserva de Contingência (R\$ 494 milhões), houve redução no orçamento e nas despesas da Unidade, sendo que a arrecadação da receita manteve a tendência de crescimento dos dois anos anteriores.

No quadro a seguir, está demonstrada a evolução da receita arrecadada com o percentual de 5% do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículo Automotor de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoa Transportada ou não-DPVAT.

*Tabela XVI – Evolução da Receita do DPVAT*

DPVAT					
Exercício	Valor Arrecadado	Orçamento Aprovado	Orçamento Contingenciado	Orçamento Disponível (Limite orçamentário)	Valor Executado
<b>1998</b>	16.269.787,50	17.103.060,00	0,00	17.103.060,00	16.263.276,16
<b>1999</b>	51.654.475,92	17.907.565,72	0,00	17.907.565,72	17.544.402,75
<b>2000</b>	53.698.549,60	31.103.419,00	0,00	31.103.419,00	29.639.559,18
<b>2001</b>	65.734.937,70	74.500.000,00	23.900.000,00	50.600.000,00	38.043.767,00
<b>2002</b>	74.835.921,77	62.103.208,00	29.808.711,00	32.294.497,00	28.720.752,00
<b>2003</b>	93.967.865,30	54.435.421,00	48.070.421,00	6.365.000,00	5.396.937,00
<b>2004</b>	79.670.567,60	4.038.123,00	0,00	4.038.123,00	3.725.305,00
<b>2005</b>	107.963.114,44	3.324.933,00	4.933,00	3.320.000,00	2.263.420,94
<b>2006</b>	163.957.904,84	3.363.933,00	116.975,00	3.246.958,00	2.390.149,89
<b>2007</b>	202.729.767,60	200.000,00	0,00	200.000,00	169.898,00

<b>2008</b>	243.303.005,45	103.292.942,00	66.292.942,00	37.000.000,00	36.862.043,09
<b>2009</b>	267.771.130,13	252.250.000,00	62.248.907,36	190.001.092,64	190.001.092,64
<b>2010</b>	289.693.545,51	291.417.424,00	65.889.661,71	225.527.762,29	225.527.762,29
<b>2011</b>	304.352.301,42	42.120.000,00	500.000,00	42.120.000,00	41.620.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.015.602.874,78</b>	<b>957.160.028,72</b>	<b>296.832.551,07</b>	<b>660.827.477,65</b>	<b>638.168.365,94</b>

No orçamento aprovado de 2008 considera-se o crédito suplementar de R\$ 87.292.942,00 dos quais foram disponibilizados R\$ 21 milhões com limite orçamentário para emissão de empenho.

No orçamento aprovado de 2011 houve Redução em algumas ações para Suplementação em outras, sem alterar o valor total. Além disso, houve suplementação de R\$ 4.000.000,00 da Reserva de Contingência, para a ação de publicidade (campanhas educativas). Houve contingenciamento de 10%, liberado ao final do exercício.

Os dados acima apresentam a evolução dos valores arrecadados e das despesas realizadas com recursos provenientes do Seguro Obrigatório DPVAT, com forte crescimento oramentário a partir de 2008, motivada pela execução de projetos em parceria com a SEMOB até 2010. No exercício de 2011 não houve descentralização de créditos para essa finalidade. No exercício de 2011 a receita manteve a tendência de crescimento, porém a despesa reduziu bruscamente.

A seguir estão demonstrados os saldos anuais da receita arrecadada em relação à despesa realizada do FUNSET, DENATRAN e DPVAT e o montante acumulado ao final:

Tabela XVII – Saldo da receita do Funset e Denatran

<b>Saldo de Arrecadação do período de 1998 a 2011</b>					
<b>FUNSET (5% das multas de trânsito: FT 0174) + DENATRAN (receitas próprias: FT 0150)</b>					
	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Receita</b>	4.609.341,34	21.717.027,79	42.046.911,21	60.589.261,57	85.342.161,98
<b>Despesas</b>	0,00	21.713.200,88	41.435.297,00	46.989.702,00	48.558.650,00
<b>Saldo</b>	4.609.341,34	3.826,91	611.614,21	13.599.559,57	36.783.511,98
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Receita</b>	99.845.924,41	118.442.201,82	133.030.264,24	164.915.355,88	184.941.253,17
<b>Despesas</b>	38.389.223,00	43.143.964,32	52.535.823,45	63.047.503,88	85.917.323,00

<b>Saldo</b>	61.456.701,41	75.298.237,50	80.494.440,79	101.867.852,00	99.023.930,17
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	
<b>Receita</b>	207.393.985,17	284.099.611,88	343.992.953,16	<b>409.481.801,22</b>	
<b>Despesas</b>	86.112.716,06	238.416.714,02	101.762.750,37	131.142.322,45	
<b>Saldo</b>	121.281.269,11	45.682.897,86	242.230.202,79	<b>278.339.478,77</b>	
<b>Saldo Acumulado do FUNSET + DENATRAN:</b>				<b>R\$ 1.196.396.700,99</b>	

Tabela XVIII – Saldo da receita do DPVAT

<b>Saldo de Arrecadação do período de 1998 a 2011 - DPVAT - FT 0150</b>					
	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Receita</b>	16.269.787,50	51.654.475,92	53.698.549,60	65.734.937,70	74.835.921,77
<b>Despesas</b>	16.263.276,16	17.544.402,75	29.639.559,18	38.043.767,00	28.720.752,00
<b>Saldo</b>	6.511,34	34.110.073,17	24.058.990,42	27.691.170,70	46.115.169,77
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Receita</b>	93.967.865,30	79.670.567,60	107.963.114,44	163.957.904,84	202.729.767,60
<b>Despesas</b>	5.396.937,00	3.725.305,00	2.263.420,94	2.390.149,89	169.898,00
<b>Saldo</b>	88.570.928,30	75.945.262,60	105.699.693,50	161.567.754,95	202.559.869,60
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	
<b>Receita</b>	243.303.005,45	267.771.130,13	289.693.545,51	<b>304.352.301,42</b>	
<b>Despesas</b>	36.862.043,09	190.001.092,64	225.527.762,29	41.620.000,00	
<b>Saldo</b>	206.440.962,36	77.770.037,49	64.165.783,22	<b>262.732.301,42</b>	
<b>Saldo Acumulado do DPVAT:</b>				<b>R\$ 1.377.434.508,84</b>	

Aos saldos acumulados do FUNSET e DPVAT foram incluídos os valores da Aplicação Financeira dos anos de 2007 e 2008 e os valores da receita arrecadada nos anos de 1996 e 1997.

<b>Saldo Total Acumulado:</b>	<b>R\$ 2.573.831.209,83</b>
-------------------------------	-----------------------------

## PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



#### MINISTÉRIO DAS CIDADES

*Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.*

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN			200012
<p>Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e consta das demonstrações contábeis desta Unidade Gestora.</p> <p>Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGR 200012-Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN, com base nas Conformidades de Registro de Gestão, registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	17 de fevereiro de 2011.
<b>Contador Responsável</b>	JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA	<b>CRC/DF nº</b>	005655/O-3

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito - FUNSET			200320
<p>Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e consta das demonstrações contábeis desta Unidade Gestora.</p> <p>Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGR 200320-Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito - FUNSET, com base nas Conformidades de Registro de Gestão, registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:</p> <p>a) Falta/evolução incompatível de depreciação de ativos permanentes.</p> <p>A existência de saldos invertidos na unidade gestora 200320-FUNSET, nas contas do grupo 29.311.02.02 – Cotas de Despesa Orçamentária, trata-se da liberação de recursos repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à ação Pública, vinculação 516, sem reflexo nas cotas orçamentárias.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	17 de fevereiro de 2011.
<b>Contador Responsável</b>	JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA	<b>CRC/DF nº</b>	005655/O-3

**PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA**

**4. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Trata-se dos Contratos Administrativos nº 23/2009 (Artplan Comunicação S/A), 24/2009 (Agnelo Pacheco Criação e Propaganda Ltda) e 25/2009 (Propeg Comunicação Ltda) celebrados sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGRLOG/SE/MCidades, em cujo relatório serão apresentadas as informações solicitadas.

O Denatran/Funset é responsável pela execução de **90%** do montante desses Contratos, cujos valores são repassados à CGLOG para empenho e pagamento dos serviços prestados, em conformidade com relatórios e atestes apresentados pela Assessoria de Comunicação Social-ASCOM,

No exercício de 2011 foram descentralizados da UG 200320/00001-Funset para a UG **560010/00001 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGLOG**, natureza da despesa 3390-39, os valores demonstrados abaixo para atender esses Contratos:

*Tabela XIX – Repasses para campanhas publicitárias*

<b>Nota de Crédito nº</b>	<b>Data</b>	<b>Ptres</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Observação</b>
000009	03/mar/11	4426	150200012	3.800.000,00	Para Campanha de Publicidade Referente ao periodo de <b>Carnaval</b> , conforme Mensagem Siafi 2011/0447866 da CGLOG, de 24/02/11.
000039	20Mai11	4426		220.685,00	Para atender despesas com Contrato 24/2009 com Empresa Agnelo Pacheco e o Mcidades para Prestação de Serviços de Publicidade.
000042	25Mai11	4426	150200012	7.600.000,00	Para Campanha " <b>Pare e Pense</b> " conforme Memorando Nº 51568/2011/Ascom/Mcidades de 18/05/11e (Despacho Spoa/Se/Mcidades Nº 734/2011).
000043	16Jun11	4426	150200012	6.500.000,00	Para Campanha <b>Ferias Julho 2011</b> , Segundo Termo Aditivo ao Contr. 25/2009 com a Empresa Propeg Comunicação Ltda, Memos 06256 E 06257/2011/Ascom/Mcidades
000050	17Ago11	4426	150200012	6.000.000,00	Para Termo Aditivo aos Contratos de Publicidade conforme Mensagem Siafi 2011/1154809 de 17/08/11 da CGLOG . Referente ao Processo 80000.008455/2008-68. (Atendimento Parcial)
000060	27/set/11	4426	150200012	2.400.000,00	Para Termo Aditivo aos Contratos de Publicidade conforme Mensagens Siafi 2011/1337253 e 1337267, de 23/9/11 da CGLOG .
000065	05/out/11	4426	150200012	4.000.000,00	Para Contrato de Publicidade Nr. 23/2009 - Artplan, conforme Mensagem Siafi 2011/1398888 da CGLOG .
000069	08Nov11	4426	150200012	907.625,70	Para Contrato de Publicidade nr 23/2009, , conforme Msg 2011/1544811- CGLOG
000070	08Nov11	4426	150200012	368.312,50	Para Contrato de Publicidade 25/2009, conforme Msg 2011/1562087- CGLOG - Proc.80000.052077/2011-65
000071	08Nov11	4426	150200012	104.999,13	Para Contrato de Publicidade conforme Msg 2011/1543451 de 31/10/2011
000086	15Dez/11	4426	150200012	4.399.315,00	Para Campanha de <b>Final De Ano</b> , Conforme Processo 80000.051722/2011-22
000087	15Dez/11	4428	150200012	5.260.901,00	Para Campanha Publicidade de <b>Final De Ano</b> ,

					conforme Processo 80000.051722/2011-22
000088	15Dez/11	21441	150200012	2.700.000,00	Para Campanha Publicidade de <b>Final De Ano</b> , conforme Processo 80000.051722/2011-22
000089	16Dez11	4426	150200012	4.000.000,00	Para Campanha Publicidade de <b>Final De Ano</b> , conforme Processo 80000.051722/2011-22 , com Recursos provenientes de Credito Suplementar publicado no DOU de 15/12/2011
<b>TOTAL</b>				<b>48.261.838,33</b>	

## **ANEXOS**